



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 091/092

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M A R I O S

DIÁRIO Nº 091

76ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens -

Ofícios..... 04

Requerimentos 06

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Marcos Isfer 14

Sr. João Luiz Fiani 14

Dep. Jocelito Canto 16

Dep. José Domingos Scarpellini 18

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 18

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto 16

Liderança do PMDB

Dep. Elza Correia 19

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão / Votação:

3ª Discussão 24

2ª Discussão 25

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 26

DIÁRIO Nº 092

77ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva..... 26

Presenças..... 26

Abertura da Sessão 27

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Redação Final 27

3ª Discussão 31

Encerramento da Sessão 31

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 091

76ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão03

Expediente:

Mensagens -

Ofícios04

Requerimentos06

Projetos de Lei.....09

Pequeno Expediente:

Dep. Marcos Isfer14

Sr. João Luiz Fiani14

Dep. Jocelito Canto16

Dep. José Domingos Scarpellini18

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini18

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto 16

Liderança do PMDB

Dep. Elza Correia 19

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão / Votação:

3ª Discussão 24

2ª Discussão 25

Requerimentos..... 25

Encerramento da Sessão 26

DIÁRIO Nº 091

76ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Elton Carlos Welter.

Presenças:

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Ara-

újo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (36).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho e Waldir Leite (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 1565-GAB

Curitiba, 02 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa, incluso anteprojeto de lei, que visa alterar a redação do artigo 8º da Lei nº 12.241/1998, que criou o Fundo Especial do Ministério Público, conforme justifica em anexo.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, revela-se oportuno ensejo para reiterar a V. Exa. a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) MILTON RIQUELME DE MACEDO

Procurador-Geral de Justiça

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe alterar a redação do artigo 8º da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998, que criou o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, suprimindo a expressão “personalidade jurídica”.

A proposição teve origem no próprio Conselho Diretor do citado Fundo, conforme Resolução nº 06/05, e obteve o beneplácito do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, por intermédio da Resolução nº 37/05, encontrando amplo respaldo na doutrina.

O professor Marçal Justen Filho anota que o “fundo” não se constitui em sujeito de direito autônomo. Trata-se de um conjunto de bens e recursos, de titularidade de um certo sujeito. Portanto, o fundo é objeto de direito, não sujeito. Se o fundo vier a ser personificado, adotará uma das formas jurídicas conhecidas. Normalmente, corresponderá a uma autarquia, mas seria possível cogitar de fundação ou empresa pública.¹

Consignam J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, comentando o artigo 71 da Lei nº 4.320/64, que “o fundo especial não é detentor de patrimônio, porque é o próprio patrimônio, não é entidade jurídica, não é órgão ou unidade orçamentária, ou, ainda, não é apenas uma conta mantida na Contabilidade, mas tão-somente um tipo de gestão de recursos ou conjunto de recursos financeiros destinados aos pagamentos de obrigações por

assunção de encargos de várias naturezas, bem como por aquisições de bens e serviços a serem aplicados em projetos ou atividades vinculados a um programa de trabalho para cumprimento de objetivos específicos em uma área de responsabilidade e que a Contabilidade tem por função evidenciar, como é seu próprio objetivo, através de contas próprias, segregadas para tal fim”.²

Evidentemente, o FUEMP/PR caracteriza-se como “fundo-objeto”, vale dizer, um fundo vinculado ao “órgão da administração” Ministério Público do Estado do Paraná, destinado a suprir as necessidades deste no tocante às despesas elencadas nos incisos do artigo 2º da Lei nº 12.241/98.³ Tanto é que o artigo 6º da mencionada lei determina que os bens adquiridos com recursos do Fundo sejam incorporados ao patrimônio do Ministério Público.⁴ É de se registrar, ainda, que o Ministério Público é o gestor do FUEMP.

Destarte, constitui uma impropriedade a personificação jurídica, prevista no artigo 8º da Lei nº 12.241/98⁵, posto que em manifesta contrariedade aos dispositivos legais precedentes.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 8º da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será dotado de escrutinação contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

OFÍCIO Nº 1614-GAB

Curitiba, 08 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa, o incluso anteprojeto de lei complementar que, em cumprimento ao disposto no artigo 130-A, parágrafo 5º, da Constituição Federal, dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, regula a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar a V. Exa. a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) MILTON RIQUELME DE MACEDO

Procurador-Geral de Justiça

1. Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10. ed. São Paulo: Dialética, 2004, p. 33-34.

2. Machado Jr., J. Teixeira e Reis, Heraldo da Costa. A Lei 4320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31, ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2002/2003, p. 160-161.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica criada, na forma desta lei, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, em consonância com as disposições do artigo 130-A, parágrafo 5º da Constituição da República, órgão que tem por objetivo contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, prestação e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

§ 1º A Ouvidoria deverá criar canais permanentes de comunicação e interlocução que permitam o recebimento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios de cidadãos, entidades representativas, órgãos públicos e autoridades, bem como a obtenção, por parte destes, de informação sobre ações desenvolvidas pela Instituição.

§ 2º As notícias de irregularidades, representações, reclamações e críticas deverão ser fundamentadas e, quando possível, acompanhadas de elementos de prova.

Art. 2º Compete à Ouvidoria:

I - receber, examinar e encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público;

II - representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público nas hipóteses de sua competência e, também aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis;

III - promover o arquivamento das representações, reclamações e peças de informações contendo fatos que não apontem irregularidades ou que não estiverem fundamentadas, com posterior remessa do respectivo expediente ao Conselho Superior do Ministério Público, para

3. “Art. 2º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, tem por finalidade suprir o Ministério Público com os recursos financeiros necessários para fazer face às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertencentes ao Ministério Público ou a ele destinado;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional, inclusive, nas áreas de proteção dos direitos do idoso, defesa da pessoa portadora de deficiência e defesa da infância e juventude.

V - aquisição, construção, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos que proporcionem o acesso de pessoas idosas e portadoras de deficiências, em imóveis do poder público;

VI - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até no máximo, 50% (cinquenta por cento) da receita do Fundo”.

conhecimento e eventual encaminhamento aos órgãos referidos no inciso anterior;

IV - divulgar, permanentemente, seu papel institucional à sociedade;

V - elaborar e encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor Geral do Ministério Público relatório trimestral consolidado das representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões recebidas, bem como os seus encaminhamentos e resultados;

VI - manter intercâmbio e celebrar convênio com entidade pública ou privada que exerça atividades similares, com vistas à consecução dos seus objetivos;

VII - registrar, mediante protocolo, os expedientes apresentados na Ouvidoria, informando ao interessado sobre as providências adotadas e os resultados obtidos, em prazo não excedente a 30 (trinta) dias, salvo justo motivo;

VIII - organizar e manter atualizado arquivo de documentação relativo às suas atribuições;

IX - dar conhecimento ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público ou ao Conselho Nacional do Ministério Público, sempre que solicitado, das denúncias, reclamações e representações recebidas.

Art. 3º A Ouvidoria do Ministério Público não dispõe de poderes correicionais, não substitui e nem interfere nas atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 4º O acesso à Ouvidoria será realizado por comparecimento pessoal ou mediante:

I - correspondência;

II - ligação telefônica, que será reduzida a termo pela Ouvidoria;

III - mensagem via fac-símile;

IV - comunicação via internet, com utilização do serviço da Ouvidoria a ser disponibilizado no sítio do Ministério Público.

Parágrafo único. O anonimato obsta a adoção de providências pela Ouvidoria, salvo se acompanhada por prova documental.

Art. 5º O cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Paraná será exercido por Procurador de Justiça em atividade, eleito em votação uninominal pelo Código de Procuradores e nomeado pelo Procurador-

4. “Art. 6º Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná serão incorporados ao patrimônio do Ministério Público do Estado do Paraná”.

5. “Art. 8º O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal”.

Geral de Justiça, para mandato de 02 (dois) anos, sendo vedada recondução consecutiva.

§ 1º O processo eleitoral será regulamentado pelo Órgão Especial do Ministério Público, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça;

§ 2º Durante o exercício do mandato, o Membro do Ministério Público nomeado Ouvidor ficará afastado de suas atribuições, bem como estará impedido de ocupar outros cargos, exercer outras funções ou candidatar-se a qualquer cargo eletivo na Instituição, no prazo de 02 (dois) anos após o fim do mandato;

§ 3º Estão impedidos de concorrer ao cargo o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral, os integrantes do Conselho Superior do Ministério Público e os membros afastados da carreira, salvo, nas três primeiras hipóteses, em caso de renúncia do candidato no prazo de 03 (três) meses anteriores à eleição, enquanto que, na última, de retorno à Instituição 01 (um) ano antes da eleição;

§ 4º Os remanescentes, para os fins desta lei, serão suplentes do Ouvidor e exercerão o *munus* nos casos de impedimentos e afastamentos do titular, obedecida a ordem de votação; à falta de suplente, exercerá o encargo o Procurador de Justiça mais antigo na carreira.

Art. 6º O Ouvidor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo, em caso de abuso de poder, conduta incompatível e grave omissão nos deveres do cargo, observando-se o procedimento relativo à destituição do Corregedor-Geral do Ministério Público.

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores, poderá determinar o afastamento liminar do Ouvidor, enquanto perdurar o procedimento de destituição.

Art. 7º A Ouvidoria, órgão auxiliar do Ministério Público, integrará a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 8º A estrutura funcional e os procedimentos internos serão definidos por ato do Procurador-Geral de Justiça, mediante prévia apreciação do Órgão Especial.

Art. 9º A Ouvidoria será instalada no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.
JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei complementar propõe a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências.

A proposição tem por escopo dar integral cumprimento ao disposto no parágrafo 5º do artigo 130-A, da

Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, *verbis*: “*Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público*”.

Convém esclarecer que o anteprojeto segue modelo sugerido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, tendo sido amplamente discutido no âmbito do Colégio de Procuradores de Justiça e, a final, aprovado pela Resolução nº 44, de 28 de novembro de 2005.

De outro lado impede salientar que a criação da Ouvidoria do Ministério Público não ensejará nenhuma despesa de pessoal, visto que o cargo de Ouvidor será exercido por Procurador de Justiça em atividade, eleito em votação uninominal pelo Colégio de Procuradores de Justiça e nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, para mandato de dois anos (artigo 5º, *caput*, do anteprojeto), enquanto sua estrutura funcional será definida por ato desta mesma autoridade (artigo 8º, do anteprojeto).

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja efetuado o arquivamento do Projeto de Lei nº 421/06, de minha autoria, com entrada no dia 15 de agosto de 2006.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de agosto (quarta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Fernando Penteado, Bispo de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Jacarezinho.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 262, Jacarezinho-PR, CEP: 86.400-000.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom José Lanza, Bispo auxiliar de Londrina, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Londrina.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Osasco, nº 32, Londrina-PR, CEP: 86.062-210.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Domingos Gabriel Wisniewski, Bispo Benemérito de Apucarana, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Apucarana.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Professor Izidoro Luiz Carávol, nº 83, Apucarana-PR, CEP: 86.800-180.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Frei Luís Vincenzo Bernetti, Bispo de Apucarana, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Apucarana.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Aeroporto, nº 464, Apucarana-PR, CEP: 85.601-280.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1991

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Getúlio Teixeira Guimarães, Bispo de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Cornélio Procópio.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Avenida São Paulo, nº 555, Cornélio Procópio-PR, CEP: 86.300-000.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Conrado Walter, Bispo emérito de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Jacarezinho.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 262, Jacarezinho-PR, CEP: 86.400-000.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Olívio Aurélio Fazza, Bispo emérito de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Venâncio Otremba, nº 585, Foz do Iguaçu-PR, CEP: 86.852-020.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de

votos de congratulações ao Dom Laurindo Guizzardi, Bispo de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Venâncio Otremba, nº 585, Foz do Iguaçu-PR, CERP: 86.852-020.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom José Maria Maimone, Bispo emérito de Umuarama, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Umuarama.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Pe. José Germano, nº 4.200, Umuarama-PR, CEP: 87.503-700.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Vicente Costa, Bispo de Umuarama, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Umuarama.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Pe. José Germano, nº 4.200, Umuarama-PR, CEP: 87.503-700.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Giovanni Zerbini, Bispo emérito de Guarapuava, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Guarapuava.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.171, Guarapuava-PR, CEP: 85.010-250.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1998

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Antônio Wagner da Silva, Bispo de Guarapuava, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese de Guarapuava.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.171, Guarapuava-PR, CEP: 85.010-250.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurídes Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de louvor ao Sr. José Renato Bueno, Pastor da Igreja Metodista em Wenceslau Braz, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Teve a iniciativa de desenvolver e implantar o Projeto Mãos e Artes, onde são ministrados gratuitamente cursos de corte e costura, macramê, crochê, tricô, bordado e pintura em tecido por voluntários, para a população de Wenceslau Braz.

Além de Wenceslau Braz, o Pastor José Renato Bueno expandiu o Campo Missionário, para as cidades de Siqueira Campos, Alemoa, Arapoti e Jaguariaíva, para levar o estudo bíblico e o horário da evangelização a outras comunidades.

Mencionamos que a Igreja Metodista em Wenceslau Braz, através do Pastor José Renato Bueno, tem como objetivo levar a todas as classes sociais os benefícios do Projeto Mãos e Artes, o horário de evangelização e estudo bíblico.

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Roberto Oberleitner. A referida homenagem, deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sebastião Petrucci. A referida homenagem, deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Reginaldo Gonçalves. A referida homenagem, deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Dr. Luiz Forte Netto, informações relativa ao FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano, em face da Lei 15.211 de 16/07/06, conforme segue:

1 - Como foi definido o percentual 45% do montante anual de rendimentos de aplicações financeiras obtidos com recursos do FDU para financiar programas especiais com recursos não reembolsáveis? Que estudos foram feitos, quais critérios utilizados?

2 - E relativamente aos programas e ações especiais a serem financiados com recursos não reembolsáveis do FDU, quais os estudos feitos e critérios utilizados para defini-los?

3 - Da mesma forma, em relação ao montante de recursos não reembolsáveis do FDU a serem aplicados em cada um dos programas especiais e em cada municí-

pio, quais os estudos feitos e os critérios utilizados para defini-los?

4 - Quais os programas especiais instituídos até o momento e que utilizam recursos não reembolsáveis do FDU? Qual o instrumento legal que lhes dá suporte?

5 - Qual o montante anual dos rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelo FDU nos exercícios de 2003, 2004 e 2005?

6 - Quais os valores e respectivas, dos recursos que ingressaram no FDU nos anos de 2003, 2004 e 2005?

7 - Tendo em vista a finalidade precípua do FDU que é financiar, direta ou indiretamente, através da Agência de Fomento do Paraná S/A, programas, projetos e ações de desenvolvimento urbano, o que explica os montantes anuais de aplicações financeiras dos seus recursos do fundo?

8 - Quais os critérios adotados para escolha dos tipos de aplicação financeira? Quais os investimentos escolhidos? Quais as instituições financeiras as quais foram confiados os recursos do FDU? E, quais as taxas de juros auferidas em cada uma das aplicações?

9 - Qual o montante de recursos não-reembolsáveis já desembolsado por programa especial e por município até o presente momento?

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(aa) NELSON JUSTUS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NEIVO BERALDIN, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 433/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

SÚMULA: Altera o artigo 1º, da Lei nº 11.252, de 20 de dezembro de 1995, que passa a ter a seguinte redação, suprimindo o local da Sede do município de Pontal do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o município de Pontal do Paraná, desmembrado do município de Paranaguá, com as seguintes divisas e delimitações:

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Submetendo à elevada consideração de V. Exa., o anexo projeto de lei que altera o artigo 1º da Lei 11.252, de 20 de dezembro de 2005, que cria o município de Pontal do Paraná, desmembrado do município de Paranaguá, suprimindo o local da Sede do município.

A Prefeitura de Pontal do Paraná, por força do Decreto Municipal nº 2.117, de 01 de novembro de 2005, declarou de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, uma área localizada entre os Balneários de Guara-pari e Ipanema, para a implantação do Centro Cívico do município, já tendo sido imitado na Posse pelo douto Juízo da Comarca de Matinhos.

A desapropriação do imóvel vem atender a necessidade premente de relocar as unidades administrativas, face à situação precária dos imóveis onde se encontram instaladas, além, é claro, de livrar-se dos alugueres que geram despesas desnecessárias, quantias estas que poderiam estar sendo canalizadas para outras funções prioritárias.

O município de Pontal do Paraná possui 209 km de extensão territorial, 23 km de orla marítima e 48 balneários, fato gerador de muita dificuldade na interação entre diversas unidades administrativas atualmente descentralizadas em diferentes balneários do município.

Ademais, o imóvel expropriado se localiza no centro do município o que vem ao encontro com dos anseios da população, haja vista ter que se deslocar até 23 km para, por exemplo, agendar consultas médicas especializadas, ter acesso ao serviço social, em especial para obter certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira profissional e atendimento pela defensoria pública entre outros, donde se conclui pela indiscutível necessidade da obra pretendida. Vale destacar, ainda, que o Poder Legislativo do Município de Pontal do Paraná atualmente ocupa um imóvel localizado no Balneário de Pontal do Sul, que está *sub judice* e que a qualquer momento poderá vir a ser desocupado.

Desta forma, além das unidades do Poder Executivo, o Centro Cívico prevê também edificações para acolher o Poder Legislativo, além de outras futuras instalações tais como o posto de atendimento da Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Matinhos, bancos, igrejas, terminal rodoviário, etc., criando, desta forma, o “Centro da Cidade” e, conseqüentemente, a sua identidade, o que atualmente não acontece. Finalmente, há que se observar que no ano de 1995, ano de criação do município de Pontal do Paraná, esta Casa de Leis aprovou a criação de outros 24 (vinte e quatro) municípios, entretanto, só no caso de Pontal do Paraná foi fixado a sede do município.

Pelos motivos acima expostos, defendemos que seja suprimido o artigo 1º da Lei nº 11.252/95, a localização da Sede do município no Balneário de Praia de Leste, entendendo que permitirá melhor otimização da relação da Administração Pública com seus cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 434/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Admi-

nistração Pública estadual, obedecido ao conteúdo das normas gerais veiculadas pela Lei nº 11079/04.

Parágrafo Único. Estão subordinados à disciplina desta lei a administração estadual direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

Art. 2 Adotar-se-ão, para fins desta lei, as definições da legislação federal veiculadas na Lei nº 11079/04, na Lei nº 8987/95 e na Lei nº 8666/93.

Capítulo II

Do Programa de Parceria Público-Privada

Art. 3º O programa estadual de parceria público-privada poderá abranger, sem a exclusão de outros pertinentes, os seguintes escopos e objetivos:

I - a implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção e gestão de infra-estrutura pública, podendo compreender a instalação, a manutenção e a gestão de bens e equipamentos integrantes de infra-estrutura destinada à utilização pública;

II - a implantação de obras e serviços públicos e/ou a prestação de serviço público;

III - a exploração de bem público;

IV - a implantação e a gestão de empreendimento público, incluída a administração de recursos humanos, materiais e financeiros;

V - a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Estado, tais como marcas, patentes, banco de dados.

§ 1º As atividades referidas nos incisos do caput deste artigo poderão ser aplicadas às áreas de saúde, educação, saneamento, segurança pública, transporte, sistema penitenciário, ciência, pesquisa e tecnologia, agricultura e outras áreas de interesse econômico e social.

Art. 4º Para fins de assegurar a viabilidade econômica de projetos e a modicidade das tarifas, as concessões patrocinadas e administrativas poderão comportar a exploração de atividades acessórias ou desvinculadas do escopo principal do projeto como fator de integração de remuneração ao concessionário.

Capítulo III

Da Formação do Contrato de
Parceria Público-Privada

Art. 5º A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação, nos termos do disposto nos artigos 11, 12 e 13 da Lei nº 11079/04, estando a abertura do processo licitatório condicionada ao disposto no artigo 10 da Lei nº 11079/04.

Parágrafo Único. A autorização de que trata o inciso I do artigo 10 da Lei nº 11079/04 deverá ser assi-

nada pelo Governador do Estado ou pela autoridade de máxima hierarquia da entidade promotora da contratação, apresentando motivação política, técnica e econômico-financeira para a execução do projeto de parceria público-privada.

Art. 6º A licitação de parceria público-privada será precedida da formulação de projeto básico, que apresentará todas as informações técnicas relevantes e necessárias à formulação das propostas e será ratificado pelo Governador do Estado e aprovado pelo Conselho Gestor de Parceria Público-Privada (PPP), órgão a ser criado e regulado por iniciativa do Poder Executivo.

Art. 7º A publicação do Edital de parceria público-privada obedecerá a prévio processo administrativo, compreendendo as seguintes fases:

- I - proposição;
- II - análise e deliberação;
- III - consulta pública;
- IV - ratificação.

§ 1º A proposição de projeto de parceria público-privada poderá se dar por qualquer agente da Administração ou interessado da iniciativa privada.

§ 2º A proposição deverá conter:

I - a identificação e qualificação do proponente e dos autores do projeto;

II - a motivação técnica, econômica e política subjacente à concepção do projeto;

III - a descrição clara e precisa acerca dos escopos envolvidos no projeto, fatores de remuneração, modalidade de parceria concebida, prazos de execução e de cumprimento de etapas, valor estimado, metas e resultados a serem atingidos, demonstração e justificação dos prazos de amortização de investimentos, entre outros elementos que caracterizem o projeto;

IV - a discriminação e atribuição dos riscos e responsabilidades envolvidas na execução do projeto;

V - a especificação e identificação de todos os envolvidos no projeto, assim como dos mecanismos de garantia e de financiamento concebidos;

VI - parecer jurídico acerca da viabilidade da concepção e execução do projeto.

Art. 8º A proposição será levada ao conhecimento e votação do Conselho Gestor de PPP, que procederá à avaliação acerca de sua viabilidade jurídica, econômico-financeira e política, deliberando pela sua aprovação ou arquivamento.

Art. 9º Aprovada a proposição, ao Conselho Gestor de PPP caberá dar andamento ao processo, cumprindo-se as demais exigências previstas no artigo 10 da Lei n 11079/04 e nos dispositivos aplicáveis da Lei n 8666/93.

§ 1º A qualquer tempo, o projeto poderá ser arquivado por verificação superveniente de óbice financeiro,

jurídico ou político à implantação do programa de parceria público-privada.

§ 2º Após a publicação do aviso do Edital, a revogação do processo de licitação ficará sujeita à demonstração motivada de fato superveniente de relevante interesse público.

Art. 10. Cumpridos os requisitos do artigo 10 da Lei n 11079/04, proceder-se-á à consulta pública, nos termos do inciso VI do artigo 10 da Lei n 11079/04.

Parágrafo Único. Após a colheita das informações e sugestões oriundas da consulta pública, caberá ao Conselho Gestor de Parceria Público-Privada, ao Governador do Estado ou à autoridade de maior hierarquia da entidade promotora da contratação proceder à ratificação, retificação ou arquivamento do projeto.

Art. 11. Na hipótese de proposição de projeto de parceria público-privada apresentada por interessado da iniciativa privada, caberá ao Conselho Gestor de Parceria Público-Privada emitir ato-resposta, em prazo máximo de 90 dias, manifestando, alternativamente:

I - não-aceitação da proposta por ausência de descrição clara de seu escopo e objeto e/ou ausência de detalhamento acerca dos elementos constitutivos da proposta a permitir a análise de viabilidade e interesse da proposta pela Administração Pública;

II - não-aceitação da proposta por ausência de interesse da Administração Pública na implementação e execução do proposto;

III - aceitação da proposta.

§ 1º Na hipótese de aceitação da proposta pela Administração Pública, essa poderá ser modificada ou complementada a critério técnico, político e econômico-financeiro do Conselho Gestor de PPP, assim como deverá ser saneada à luz das exigências legais para embasar subsequente processo de licitação.

§ 2º O autor da proposta e do projeto básico poderão participar do processo de licitação para a contratação da parceria público-privada.

§ 3º Na hipótese de aceitação da proposta pela Administração Pública e submetida aquela a processo de licitação para a contratação da parceria público-privada, ao autor da proposta que não vencer o certame caberá indenização a ser promovida pela licitante-contratada, em conformidade com o aproveitamento e utilização da proposta à contratação pelo projeto definitivo que acompanhará o Edital.

§ 4º A atribuição de valor ao aproveitamento da proposta referida acima será amparada em laudo técnico específico produzido por profissional habilitado e aprovada pelo Conselho Gestor de Parceria Público-Privada.

§ 5º No Edital de licitação deverão constar o valor atribuído à proposta na proporção de seu aproveitamento, a identificação de seus autores e de seu proponente, assim como as condições de pagamento pelo contratado.

Capítulo IV

Da Execução do Contrato de Parceria Público-Privada

Art. 12. Para fins da execução do contrato de parceria público-privada e antes da assinatura deste, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, aplicando-se-lhe o disposto no artigo 9º da Lei nº 11079/04.

Art. 13. A execução do contrato de PPP deverá ser fiscalizada e controlada pelo Conselho Gestor de PPP.

Art. 14. Os contratos de parceria público-privada só poderão ser modificados ou rescindidos unilateralmente pela Administração Pública desde que verificada situação fática excepcional, imprevista e imprevisível ao tempo da celebração do contrato, que ponha em risco a realização do interesse público, devidamente documentada e demonstrada em processo administrativo que comporte as garantias do contraditório e da ampla defesa, assegurada a promoção de amplo ressarcimento indenizatório ao parceiro privado.

Parágrafo Único. A mera invocação de competência discricionária não autorizará a promoção de ato de modificação e de rescisão unilateral de contratos de parceria público-privada a que se refere essa lei.

Art. 15. A partir de sua celebração, será vedado à Administração Pública promover a invalidação unilateral e de ofício do contrato de parceria público-privada, devendo, na verificação dos pressupostos para tanto, recorrer ao Poder Judiciário.

Art. 16. As partes poderão prever no contrato de parceria público-privada distribuição de riscos, inclusive extraordinários.

Art. 17. Os contratos de parceria público-privada de que trata esta lei deverão fazer prever mecanismos amigáveis de solução de conflitos, inclusive por meio de arbitragem.

Capítulo V

Do Fundo Garantidor de PPP do Paraná

Art. 18. Ficam o Poder Executivo do Estado do Paraná, suas autarquias e fundações, autorizados a participar em Fundo Garantidor de PPP do Paraná, que será criado por iniciativa do Poder Executivo e terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais em virtude das parcerias de que trata esta lei.

§ 1º O FGP do Paraná terá natureza privada e patrimônio independente, e será sujeito de direitos e obrigações.

§ 2º O patrimônio do FGP do Paraná será formado pelo aporte de bens e direitos realizados pelos cotistas, por meio da integralização de cotas e pelos rendimentos obtidos com sua administração.

§ 3º Os bens e direitos transferidos ao Fundo serão avaliados por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado, com indicação dos critérios de avaliação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados.

§ 4º A integralização das cotas poderá ser realizada em dinheiro, títulos da dívida pública, bens imóveis dominicais, bens móveis, inclusive ações de sociedade de economia mista estadual excedentes ao necessário para manutenção de seu controle pelo Estado, ou outros direitos com valor patrimonial.

§ 5º O FGP do Paraná responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subcreverem.

§ 6º A integralização com bens a que se refere o parágrafo 4º será feita independentemente de licitação, mediante prévia avaliação e autorização específica do Governador do Estado.

Art. 19. As garantias do FGP do Paraná serão prestadas proporcionalmente ao valor da participação de cada cotista, sendo vedada a concessão de garantia cujo valor presente líquido, somado ao das garantias anteriormente prestadas e demais obrigações, supere o ativo total do Fundo.

§ 1º A garantia será prestada na forma aprovada pela assembléia dos cotistas, nas seguintes modalidades:

I - fiança, sem benefício de ordem para o fiador;

II - penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do patrimônio do FGP do Paraná, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;

III - hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGP do Paraná;

IV - alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGP do Paraná ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;

V - outros contratos que produzam efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;

VI - garantia, real ou pessoal, vinculada a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao FGP do Paraná.

§ 2º O FGP do Paraná poderá prestar contra-garantias a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais que garantirem o cumprimento das obrigações pecuniárias dos cotistas em contratos de parceria público-privadas.

§ 3º A quitação, pelo parceiro público, de cada parcela de débito garantido pelo FGP do Paraná, importará exoneração proporcional da garantia.

§ 4º No caso de crédito líquido e certo, constante de título exigível aceito e não pago pelo parceiro público, a garantia poderá ser acionada pelo parceiro privado a partir do quadragésimo quinto dia do seu vencimento.

§ 5º O parceiro privado poderá acionar a garantia relativa aos débitos constantes de faturas emitidas e ainda não aceitas pelo parceiro público, desde que, transcorridos mais de 90 (noventa) dias de seu vencimento, não tenha havido sua rejeição expressa, por ato motivado.

§ 6º A quitação de débito pelo FGP do Paraná importará sua subrogação nos direitos do parceiro privado.

§ 7º Em caso de inadimplemento, os bens e direitos do Fundo poderão ser objeto de constrição judicial e alienação para satisfazer as obrigações garantidas.

Art. 20. Por iniciativa do Poder Executivo, será definida a criação, a gestão e a representação judicial e extrajudicial do FGP do Paraná.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.08.06.

(aa) MARCOS ISFER, DURVAL AMARAL, ARLETE CARAMÊS, ELIO RUSCH, AILTON ARAÚJO, NELSON JUSTUS, WALDIR LEITE, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e RATINHO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Submete-se a esta Assembléia projeto de lei cujo objeto é a instituição de normas para disciplinar o programa de parceria público-privada estadual, observadas as normas gerais veiculadas pela legislação federal.

1. A notória crise fiscal que vem absorvendo a capacidade de investimento do Estado brasileiro, considerada a urgente necessidade de expansão e de recuperação de infra-estrutura pública, conduziu o legislador federal a introduzir no direito nacional novas alternativas contratuais à Administração Pública, especialmente vocacionadas para atrair e viabilizar a participação dos privados (do capital privado) em empreendimentos públicos. Foi editada, neste contexto, a Lei Federal nº 11.079, que prescreveu o modelo das parcerias público-privadas.

2. O surgimento deste modelo de contratação administrativa, que se produziu na esteira de um evolutivo processo de modificação quanto ao modo de atuação do Estado (preferindo a intervenção indireta e a transferência da gestão de serviços e empreendimentos públicos à esfera privada), teve o propósito de complementar o sistema de contratos administrativos até então vigente. Com a Lei Geral de PPP, duas novas modalidades contratuais foram disponibilizadas à Administração, sobretudo quanto ao modo de arranjar economicamente os ajustes: a

(a) concessão patrocinada e a (b) concessão administrativa.

3. Com a previsão do tipo concessão patrocinada, o legislador pretendeu dotar as concessões de serviços públicos convencionais da possibilidade de ser adicionada à receita tarifária uma contraprestação pecuniária pelo Poder Concedente, permitindo assim a execução de projetos que, pelo modo de remuneração tarifária pura, não eram economicamente viáveis (focando-se, particularmente, a modalidade tarifária).

4. Com a concessão administrativa, pretendeu-se, por um lado, estender a aplicação da técnica concessória a serviços e atividades que antes eram contratadas exclusivamente mediante a aplicação do modelo da Lei nº 8666/93, autorizando, neste particular, o surgimento de empreendimentos de longo prazo que não necessariamente envolvam a prestação de serviços públicos (mas, entre outros escopos, serviços à Administração), e, por outro, possibilitar a delegação da prestação de serviços públicos a um parceiro privado, comportando remuneração custeada integralmente pela Administração, sem pagamento de tarifas pelos usuários.

5. Estas modalidades vêm complementar o elenco das modalidades contratuais pelo Estado, criando importantes alternativas econômicas e jurídicas à Administração.

6. É indubitosa, portanto, a relevância da adoção deste modelo de contratações pelo Estado do Paraná. Um sem-número de projetos que não seriam (jurídica e economicamente) viáveis pela aplicação dos modelos contratuais convencionais poderão ser implementados sob a modelagem das PPP's. O programa de PPP's estadual significará, se implementado, a atração do capital privado para a expansão, recuperação e implementação de equipamentos e infra-estrutura pública. Investimentos expressivos poderão ser providos na gestão de empreendimentos e de serviços públicos essenciais.

7. A partir, portanto, do surgimento de normas gerais sobre PPP veiculadas pela Lei nº 11079/04, é urgente e relevante que o Estado do Paraná crie sua própria legislação sobre a matéria, sobretudo disciplinando aspectos centrais deste modelo que dependem de previsão especial pelos entes federados (e que não estão regulados pelas normas gerais), como a previsão de um sistema e garantias às obrigações pecuniárias do Poder Público em contratos de PPP, além de regras procedimentais e específicas tocantes à programação, execução, controle e fiscalização das parcerias.

8. Neste propósito, o presente projeto veicula proposta de legislação estadual sobre PPP, estando dividido em 5 Capítulos.

9. O Capítulo I delimita o âmbito subjetivo de aplicação da lei, prevendo quais os entes que estarão submetidos à sua disciplina.

10. O Capítulo II cuida da descrição (exemplificativa) dos escopos e objetivos do programa estadual de

PPP, dispondo acerca de um amplo espectro de hipóteses viáveis.

11. O Capítulo III trata da formação do contrato de parceria público-privada, dispondo sobre regras procedimentais acerca da tramitação dos projetos de PPP. O processo divide-se em quatro fases (I - proposição; II - análise e deliberação; III - consulta pública; e IV - ratificação) e deverá ser acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Gestor de PPP, a ser criado por iniciativa do Chefe do Poder Executivo estadual.

12. No Capítulo IV está prevista a disciplina a propósito da execução do contrato de PPP. Além das obrigações de controle incumbidas ao Conselho Gestor, destacam-se as previsões restritivas quanto à possibilidade de alteração e de rescisão unilateral, e, ainda, a inviabilidade de invalidação (do contrato de PPP) por ato de poder. Esta disciplina limitativa do exercício de competências exorbitantes tem lugar diante de uma tendência em reduzir os custos de transação e conferir maior segurança jurídica aos ajustes. A imposição de limites a estas cláusulas exorbitantes promove o princípio da economicidade e pretende assegurar à Administração condições econômicas mais vantajosas nas contratações, evitando-se o fenômeno da “precificação” do risco pelas propostas veiculadas aos contratos de PPP. A ampliação da segurança jurídica e da estabilidade nos ajustes produz dos efeitos desejados: (a) reduz os preços ofertados à Administração, porque lhes subtrai o custo do risco; e (b) amplia a atratividade do capital privado para a promoção de investimentos na execução dos projetos de PPP, alargando quantitativa e qualitativamente o universo de ofertantes.

13. Por fim, o Capítulo V traz a disciplina a propósito da criação de um Fundo Garantidor de Parceria Público-Privada do Paraná, entidade com personalidade jurídica de direito privado e com patrimônio subscrito por entidades da Administração Pública estadual (direta e indireta). Esta entidade será vocacionada para prestar garantias ao parceiro privado quanto às obrigações contraídas pelos parceiros públicos em contratos de PPP. A criação desta entidade se traduz num dos aspectos centrais à aplicabilidade do modelo das parcerias público-privadas, buscando-se revestir os ajustes de maior segurança jurídica e reduzir os custos transacionais. Novamente, nesse passo, evidencia-se que essa solução legislativa assegurará a atratividade do capital privado a projetos em infraestrutura pública e promoverá a aplicação do princípio da economicidade. É característico do modelo de PPP dotar os ajustes de maior segurança jurídica e propiciar garantias efetivas às obrigações contraídas pela Administração Pública, alcançando-se a redução dos custos de transação e promovendo ajustes mais econômicos ao erário.

Estas são as razões que amparam o encaminhamento do presente projeto de lei à elevada consideração deste órgão.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Marcos Isfer.

Deputado Marcos Isfer (PPS)

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Usamos a tribuna no dia de hoje, para homenagearmos a todos os artistas brasileiros que amanhã, no dia 23 tem a sua data, mas muito em especial, ao artista paranaense, esse artista que se esforça, trabalha para trazer o lazer, a cultura à população paranaense e que infelizmente, em diversos momentos, não tem o apoio governamental, o apoio das instituições deste Estado para desenvolver o seu trabalho.

Eu peço licença à Presidência desta Casa para passar este espaço ao Presidente do Sindicato dos Produtores Artísticos do Paraná, João Luiz Fiani, que usará da tribuna em meu nome, no meu espaço, do Pequeno Expediente e da Liderança do Partido, se for necessário.

Sr. João Luiz Fiani

O SR. JOÃO LUIZ FIANI

Muito bom dia a todos. É com grande satisfação que ocupamos este espaço aberto para os artistas do Paraná.

Em nome do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado do Paraná, em nome do Sindicato dos Produtores, do qual eu sou Presidente, vamos falar algumas coisas super importantes para o teatro do Paraná.

Antes, gostaria de encaminhar esta carta ao Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão.

A carta tem o seguinte teor:

(Lê):

“Curitiba, 22 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tem esta a finalidade de solicitar a especial atenção de V. Exa. para o que segue:

Sabemos da sensibilidade de V. Exa., bem como do seu entendimento sobre a importância da área artístico-cultural, tendo sido o autor da Lei nº 13.165, de 05 de junho de 2001, qual seja, a que cria o imprescindível apoio - quando Governador do Estado do Paraná no sentido da elaboração - com a participação de representantes da classe cultural - com a brevidade possível, e assinar o Decreto Regulamentador, da supra mencionada lei.

Também, pela sua importância na oferta de estímulo aos produtores, artistas e técnicos profissionais independentes do Paraná, para a realização e circulação de espetáculos teatrais, contamos com a indispensável medida, tomada por V. Exa. em regulamentar a Lei Esta-

dual de Fomento ao Teatro, de nº 14.557, de 15 de dezembro de 2004.

A classe teatral deste Estado, enfim, sentir-se-á valorizada e terá efetivas condições para desenvolver com dignidade seu trabalho de criação, produção e difusão da Arte Teatral. Temos certeza do acolhimento de V. Exa. ao pleito que neste expomos.

Na oportunidade, protestamos estima e consideração.

Respeitosamente

Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná - SATED/PR

Christo Dikoff - Presidente

Sindicato dos Empresários e Produtores em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná - SEDE/PR

João Luiz Fiani - Presidente”

“Dia do Artista - 24 de agosto

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Artistas, Técnicos e Produtores, senhoras e senhores:

Como Presidente do Sindicato dos Empresários e Produtores em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná - SEPED/PR, falo, também em nome do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná - SATED/PR, no propósito de prestarmos merecida homenagem aos artistas de Curitiba, do Paraná e do Brasil, cuja contribuição foi e é inegável ao brilho desta cidade, de nosso Estado e do nosso país.

Em nome dos produtores, dos artistas e técnicos das Artes Cênicas, agradeço a atenção da Mesa Diretora desta Casa de Leis, em especial ao Deputado Marcos Isfer, por nos oportunizar, neste dia, o uso da tribuna para, além da referida homenagem aos artistas, podermos fazer algumas colocações sobre questões importantes para a área artístico-cultural do Paraná. Também, para podermos apresentar aos Parlamentares desta Assembléia Legislativa, algumas reivindicações, esperando receber de V. Exa. apoio, com vistas ao atendimento às nossas necessidades, bem como aos nossos legítimos interesses.

Temos certeza que os integrantes desta Assembléia Legislativa têm o entendimento sobre a fundamental importância da Cultura e das Artes, no processo do desenvolvimento pleno da sociedade paranaense.

Lamentavelmente, no Governo Roberto Requião a área cultural, no que se refere aos profissionais do Paraná, foi relegada a nenhum plano. A criação, a produção e a circulação de bens culturais, realizadas pelos artistas e produtores independentes deste Estado, sofreram total descaso e desrespeito por parte dos órgãos públicos estaduais, responsáveis pela área em tela.

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura, encontra-se no Supremo Tribunal Federal, por força de ADIn impetrada pelo Governador Jaime Lerner.

A proposta de reestudo da citada lei, formulada pelas entidades representativas da classe artístico-cultural do Paraná, não encontrou eco no atual Governo.

O Conselho Estadual de Cultura, junto à Secretaria de Estado da Cultura, ainda não deu início às suas importantes finalidades.

O Programa Conta Cultura vinculado à Lei Rouanet, mecanismo de incentivo a projetos de todo o Estado, e para todas as áreas culturais, foi cancelado, fechando portas ao estímulo aos produtores, artistas e agentes culturais independentes. Essa medida permitiu o favorecimento ao Museu Oscar Miemeyer - MON - único beneficiado.

As leis que esta Casa aprovou no objetivo do fomento às ações culturais paranaenses, quais sejam, a do Fundo Estadual de Cultura - de autoria do Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa, e a Lei Estadual de Fomento ao Teatro - assinada pelo Deputado Ângelo Vanhoni - não foram, até esta data, regulamentadas. Portanto, continuam estanques, sem prestar os benefícios que as mesmas leis determinam.

Reivindicações legítimas da classe artística foram e são ignoradas, como a de destinação de um por cento do valor referente ao orçamento do Estado, para a Pasta da Cultura - hoje em míseros 0,4%.

Sem cometer injustiça, salientamos que as questões, da Arte e da Cultura, relativas aos profissionais independentes do Paraná, não integram o rol de preocupações deste Governo.

Lamentável procedimento, uma vez que a Cultura reporta-se à vida, ao cotidiano de todos e de cada um, a as Artes - por sua força e por sua beleza - registram o estágio histórico, social, político, emocional, cultural enfim, das civilizações, da sociedade, em seus vários períodos.

Queremos lembrar a V. Exa., que quem faz Arte, permanentemente, são os produtores, artistas e técnicos profissionais das várias áreas culturais. Diante da injusta e dolorosa situação que ora estamos vivenciando, reivindicamos dos Srs. Deputados uma tomada de posição, no objetivo de que - junto à classe artística - possamos, desde logo, reverter este inaceitável quadro.

Com o indispensável apoio desta Assembléia Legislativa, certamente, os que atuam na área cultural, bem como o povo paranaense, poderão criar, produzir, circular, difundir seu trabalho com dignidade, e fruir das obras artísticas, como merecem, e como lhe garantem os seus direitos de cidadania.

Nós, os profissionais da área em questão, queremos condições dignas de trabalho e renda, e nossa sociedade quer exercer seu direito - através das Artes - de evoluir como os povos cultos e civilizados, deste planeta. Que o Dia do Artista não seja apenas um dia no calendário.

Obrigado pela atenção de todos os presentes.”

Essas palavras serão encaminhadas a todos os veículos de comunicação.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Ainda dentro do espaço que nos resta, Sr. Presidente, ressaltar que esta Casa, por inúmeras vezes, tem

envidado esforços para que a situação cultural do Estado seja desenvolvida. Ainda fizemos uma audiência pública aonde levávamos ao Governo do Estado a necessidade do orçamento de 1% destinado ao fundo da cultura, mas infelizmente todos os pleitos realizados por esta Casa, todos os pleitos realizados pela classe artística tem caído no esquecimento, no vazio.

Infelizmente não tem havido em momento nenhum, o prestigiamento da área cultural do Estado do Paraná, fazendo com que a nossa classe cultural se sinta desprotegida, ao léu.

Queremos, neste momento, solicitar a todos os Deputados desta Casa para que juntos façamos mais um esforço conjunto para que ainda este ano, e queremos fazer este pleito também ao Deputado Hermas Brandão, para que ainda este ano, juntamente com o Pedro Ivo, que é hoje o Presidente desta Assembléia, possamos ter o decreto instituindo 1% do fundo da cultura.

Era isso, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje é um dia muito especial para nós pontagrossenses e dos Campos Gerais.

Hoje, à tarde, lá na cidade de Ponta Grossa, o Governador do Estado estará lançando o edital para licitação da obra do Hospital Regional. Sem dúvida nenhuma a maior obra da história da saúde do local. Tínhamos aqui, Deputado Barbosa, Deputada Cida, um pouco de ciúmes de Maringá, de Londrina, e também de Cascavel, porque Londrina tem o Hospital Regional bancado pelo Estado, Maringá também, Cascavel teve o seu Hospital Regional e Ponta Grossa não.

Então, a única região deficitária é a região dos Campos Gerais. E depois de convencer o Governador Requião e o Secretário Xavier, conseguimos que esta data passe para a história da cidade com o edital de licitação do Hospital Regional.

É uma obra histórica, que fará com que a região possa ser recebida e atendida por um hospital pago pelo Estado, porque eu, que já fui Prefeito, sei dessa importância, porque hoje Ponta Grossa tem pronto-socorro, e por ser público o SUS, obriga-se a atender toda a região dos Campos Gerais, e quando chega a hora de pagar a conta quem acaba pagando é a Prefeitura de Ponta Grossa, porque o Hospital é público. Vou dar um exemplo: no meu tempo de Prefeito, mandava de quatrocentos a quinhentos mil por mês para o hospital, mas o hospital gastava um milhão; então, a Prefeitura tinha que repor aquela diferença mesmo atendendo à região inteira dos Campos Gerais. A partir da colocação desse hospital em Ponta Grossa vamos ter o mesmo direito que as outras cidades

pólo do Paraná com hospital feito, construído, equipado e mantido pelo Governo do Estado.

Essa é a boa notícia do dia de hoje para Ponta Grossa e Campos Gerais. O edital de licitação será aberto, e num prazo rápido vamos ter as obras iniciando. Estão garantidos dezessete milhões para a sua construção; um hospital de cinco andares, com trinta leitos de UTI e que vai atender a muita gente nos Campos Gerais.

Era um sonho, um sonho dos Prefeitos, da comunidade, um sonho de todos nós.

Hoje é dia de comemorar e ao mesmo tempo de agradecer ao Governo por esse feito. Sei que algumas pessoas às vezes duvidam em relação à obra. Mas, o dinheiro já está garantido, já há uma dotação orçamentária. Temos hoje o início, a licitação e a construção desse hospital, que para mim é a obra mais importante da saúde da história dos Campos Gerais. Nunca em Ponta Grossa foi construído um hospital em toda a sua existência como cidade, um hospital público construído pelo Estado. Vejo muitas críticas à saúde, mas agora temos que elogiar, porque está se colocando lá dezessete milhões, para se resolver uma questão de saúde, que há muitos e muitos anos não se fazia. Quero aproveitar para agradecer ao Governo por essa obra, por realizar um sonho da cidade. Na sequência, Deputado Plauto, possamos voltar com o curso de medicina, aí devidamente, com o hospital; sou parceiro nessa luta, também.

Uso o Horário da Liderança.

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Então, podemos ter a volta do curso de medicina na sequência, porque teremos um hospital escola instalado e com condições até de aumentar, se for necessário.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um dia histórico pois nunca Ponta Grossa teve as mesmas condições que outras cidades.

Estou apresentando, vou pedir regime de urgência na próxima Sessão, a criação de um fundo. O fundo que institui o Fundo Estadual de acompanhamento das obras relativas ao Hospital Regional de Ponta Grossa. Estou criando esse fundo para que ele possa acompanhar a construção, que o Governo possa imediatamente fazer o depósito desses dezessete milhões nessa conta. E esse fundo terá o caráter de acompanhar a construção, com a participação da sociedade, membros do Governo, Secretário da Saúde, membros da universidade, Presidente da Associação dos Campos Gerais dos Municípios, Presidente do Conselho Regional de Medicina e dois representantes aqui da Assembléia. E é claro e evidente que neste momento seríamos eu e o Deputado Plauto, porque somos os representantes de Ponta Grossa.

Apresento esse projeto visando criar um fundo que vai acompanhar, fiscalizar e que vai ajudar a realizar esta grande obra que é o sonho dos Campos Gerais.

Queria enaltecer essa obra, é uma obra que demorou em função do projeto. E esse projeto nasceu exatamente no dia que levei o Prefeito Pedro até o Governador, o Prefeito que é do PSDB, na época era Oposição, agora os partidos estão mais juntos, mais na época era Oposição e o Governador recebeu, autorizou e agora esta-se concretizando. E, Deputado Anibelli, com esse fundo que estou criando, vamos acompanhar o gerenciamento das obras. O dinheiro depois de criado o fundo, vai diretamente para ele, que fará a gestão através desse grupo de pessoas. Queria pedir aos companheiros o apoio à criação do fundo.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Quero parabenizá-lo pela apresentação desse projeto e dizer que sou testemunha de V. Exa. na sua luta, das suas brigas às vezes com o Governador Requião aqui na Assembléia, as discussões que V. Exa. levantou ao lado de outros Deputados que representam os Campos Gerais e principalmente pela sua sensibilidade popular.

V. Exa. é um líder, foi Prefeito, é um homem que convive com as camadas mais pobres, sei do prestígio que V. Exa. tem não só em Ponta Grossa, mas nos Campos Gerais.

Está terminando esse mandato, muito produtivo do Governador Requião, vários hospitais regionais deste Estado. O Governador sensível, ele fez a preferência pelos pobres. Isso faz com que não tenhamos mais esses acidentes de ambulâncias, gente morrendo para lá e para cá neste Paraná, como foi inaugurado o Hospital de Paranavaí. Um exemplo, uma coisa mais linda do mundo, um anseio de centenas de anos da população do Noroeste do Paraná.

Então, V. Exa. conquista, no final desse mandato, tenho certeza da reeleição de V. Exa., porque é um Deputado trabalhador, com o nosso Governo. V. Exa. tem sido um parceiro, defendendo o nosso Governo, ajudando-nos nas votações e V. Exa., ao concluir esse mandato com o Governador Requião, com esta Assembléia que não faltou ao Governador Requião e ao Governo do Paraná, V. Exa. conquista não só o seu mérito, mas ao lado da sua gente, dos Campos Gerais, para que seja iniciada tão sonhada obra.

Parabéns a V. Exa. e daremos todo apoio ao seu projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Anibelli. Essa obra é o sonho dos Campos Gerais. E o PTB nessa eleição faz parte de outra coligação. E eu disse, quando o PTB fez a votação se apoiava o Requião ou Osmar Dias, eu sempre respeitei o Senador Osmar Dias e sempre vou respeitá-lo até porque lhe ajudei a ser Senador na última eleição.

Mas, jamais poderia ser ingrato, e disse isso dentro do PTB, e votei contra a coligação com o PDT, porque queria que o meu Partido estivesse ao lado do Requião pelas conquistas que obtivemos nos Campos Gerais. Mas,

o Partido não o fez, ele votou e foi ao lado do Senador Osmar Dias. Eu estou apoiando o Governador Requião e vou apoiar até o último dia, por obras como essa do Hospital Regional. E alguém já falou para mim que não pode, que legalmente não pode, então que impugne a minha candidatura de vez, e eu deixo de ser candidato, mas apoio o Governador.

O que precisamos é saúde para o povo que defendemos. Eu acho que o Deputado, junto com o Prefeito, sempre foram adversários e com o Governador que tem a coragem de fazer um hospital não precisa nem continuar mais no mandato, porque já fez a sua parcela como político na região dos Campos Gerais.

Eu estou na campanha, sim, e vou continuar, porque gratidão é uma coisa que temos, diferenças também, mas gratidão se deve ter a quem faz.

Vejo pessoas morrer, em dificuldades, mas agora com essa construção, daqui a um ano e meio, vamos ter um grande hospital que vai salvar muitas vidas.

Por isso, a minha gratidão ao Governador e vou externar isso em todos os lugares. E se for preciso, em algum momento, até deixar de ser candidato, algum impedimento, questão partidária, deixo de ser candidato para apoiar o Governador que está fazendo uma obra, que é a obra do povo que defendo, de Ponta Grossa, seria desleal da minha parte se não fizesse isso. Aliás, são tantas obras, estou falando apenas do hospital. Na sexta-feira veio aí a obra da Rodoviária, o Paraná Urbano está funcionando, aquela Rodoviária que sempre foi tortura de quem passa em Ponta Grossa, sexta-feira o edital de licitação também da Rodoviária com dinheiro do Paraná Urbano, já estão derrubando a Rodoviária, teve gente que não acreditou, está sendo derrubada a Rodoviária e nos próximos dias Ponta Grossa, a única cidade que não tinha uma Rodoviária vai ter uma. Dinheiro do Paraná Urbano, conquista nossa com o Governador e com o Prefeito de Ponta Grossa deixando de lado a politicagem, colocando acima de tudo o respeito à cidade, aos Campos Gerais.

Por isso, com todo respeito e com toda lealdade, aproveito, nesta campanha, para agradecer o que o Governo vem fazendo pela região.

Claro que erros acontecem. Não existe Governo que não cometa erros, mas este Governo - o Governo do Governador Roberto Requião - tem dado a Ponta Grossa aquilo que é um sonho, e esse Projeto do Hospital Regional é o maior sonho de todos nós - dos nossos filhos e dos nossos netos - porque esse hospital, daqui a cinquenta anos, vai salvar vidas em Ponta Grossa e nunca o Estado fez um hospital.

Por isso, peço apoio aos companheiros para aprovar esse fundo que tem a idéia de dar respeito à cidade e à região. A cidade e a região vão acompanhar a construção, vão fiscalizar, e a obra vai sair mais perfeita, com mais qualidade.

Dessa forma, apresento esse fundo e peço apoio dos senhores nesta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente! Muito obrigado Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este é o ano dos milagres! É o milagre da multiplicação dos pães, dos peixes, dos hospitais, das casas de detenções! Este é o ano eleitoral!

Estamos vendo que um Governador que teve três anos e meio para fazer o lançamento da obra na cidade de Ponta Grossa, como também em outras tantas cidades do Paraná, vem agora, no apagar das luzes, lançar a construção do hospital em Ponta Grossa.

Vem, faz o lançamento, até parece o Cano Canaveral lá na Flórida, nos Estados Unidos, onde acontecem os lançamentos feitos pela Nasa. Então, o Governo dos lançamentos vai lançar agora, também, a construção da Rodoviária de Ponta Grossa. Acho até que houve uma pequena confusão quando o Deputado disse que estamos aguardando há centenas de anos esta obra em Ponta Grossa. Acredito que não seja tanto assim porque Ponta Grossa teve bons hospitais. Teve a participação de Governos que sempre olharam por ela, diferente deste Governo que acabou com o curso de medicina que havia sido criado e iria funcionar no ano em que tomou posse o Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

O Governador extingue o curso de medicina e três anos e meio depois ele vem com um presente de grego, às vésperas das eleições, dizer que vai construir o Hospital Regional de Ponta Grossa. Sabemos ser muito importante essa obra, como seria importante também ter lá em Jacarezinho, Cornélio Procópio, Apucarana, Toledo, Francisco Beltrão e tantas outras cidades onde o atual Governador, durante a campanha eleitoral passada, prometeu construir esses hospitais regionais e não os construiu e, agora, como já não pode mais anunciar a promessa de construir, ele vem anunciando o lançamento da obra como sendo uma coisa que vai suprir as necessidades da obra não realizada.

Então, é o ano das multiplicações; é o ano dos milagres. Como se pudesse, através de um Decreto, como se pudesse de um toque de mão, construir essas obras e fazer com que a população, já de imediato, pudesse se sentir beneficiada pelo seu anúncio.

A legislação eleitoral inclusive é muito clara com relação a inaugurações e também a esse tipo de comportamento do dirigente executor de despesas.

Ora, se participar de inaugurações de obras é crime eleitoral, ficar lançando obras às vésperas também é. E aqui é necessário se pedir aos Procuradores e aos Juízes

Eleitorais, do Tribunal Regional Eleitoral, para que compareçam nessas obras e vejam o comportamento meramente demagógico daquele momento em que a população está sendo enganada pelo seu governante, porque são três anos e meio passados que não se falou dessas obras e de repente aparece a mão salvadora do Governador, que vem para resolver o problema daquela comunidade que ele tanto castigou durante este período. Mas, agora, ele precisa dos seus votinhos e para conquistar esses votos, ele se torna simpático, beija as criancinhas, abraça as velhinhas.

É uma política realmente daquela do Odorico Paraguaçu, o velho cacique e coronel do Nordeste brasileiro, que para ganhar as eleições ele fazia todas essas manobras que estão sendo feitas pelo nosso cacique.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PP/PSB

Aí então, o Governador, com as técnicas lançadas pela comunicação, ele se torna simpático, aprendeu até a sorrir. Já não quebra o dedo do repórter que vem fazer sua entrevista; já não manda mais o agricultor enfiar a faixa naquele lugar, lá em Santo Antônio do Sudoeste.

Ele agora tem um respeito pelo idoso, pelas crianças, pelo produtor rural. Ele quer ouvir as reivindicações do Prefeito, do Vereador. Antes, não tinha ouvido para nada. Tinha só a boca para vomitar goela afora o seu fígado que estava contaminado pelo ódio.

Agora, ele vem: "Requião, Paz e Amor." É o beijo de Scariotes.

Os Prefeitos que não eram recebidos no Palácio Iguaçu, os que não serviam para nada, porque só queriam dinheiro para mecanizar com notas fiscais frias, conforme ele próprio dizia, agora eles servem para assinar, para subscrever um manifesto de apoio ao poderoso e irrequerido Governador do Palácio Iguaçu.

Assim, como o Rio Iguaçu está secando, acredito também que deve estar secando as ações administrativas do Palácio Iguaçu porque este é o final de mandato.

Vamos para o segundo turno e no confronto como Governador, tenho certeza que o povo do Paraná ainda assim lembra das suas promessas não cumpridas. Ontem, o Governador que sempre é de enfrentar tudo, não foi lá na APP enfrentar o debate dos candidatos ao Governo do Paraná. Vejam bem: levou um baile com a sua ausência.

Porque depois, quando perguntado em São José dos Pinhais por que não compareceu, disse ele aos repórteres que não sabia desse tal debate, não tinha informações de que haveria esse encontro, para se discutir as questões da educação e as questões paranaenses.

Ora, o Governador não foi, porque ele está com medo de enfrentar a questão da educação com os dirigentes da APP. Ele quer enfrentar a questão da educação, colocando o seu irmão Maurício Requião, lavando as ruas onde está localizada a Gazeta do Povo, expulsando os professores da Secretaria da Educação e evitando o

diálogo com aquele setor, que foi o que lhe garantiu a eleição passada. Se não fosse o apoio maciço dos professores, na eleição passada, a história política do Paraná seria outra. Provavelmente, o Governador Roberto Requião teria ficado sem mandato, porque ele perderia as eleições para o candidato Senador Álvaro Dias.

Em cima de um fato, ele gosta sempre de criar outro. Os professores aguardavam por ele, no Teatro Fernanda Montenegro e ele fugiu. Fugiu e depois veio dizer que não sabia, que tinha um debate e que não tinha sido convidado. Foi convidado, sabia que o tinha e negou.

À noite, a D^a Maristela fez um jantar, coordenado pelo Cerimonial do Palácio Iguazu, em Santa Felicidade, no Porta Romana, para trezentas pessoas e compareceram mais de seiscentas, para o apoio à candidatura de Roberto Requião de Mello e Silva para Governador. O cerimonial do Palácio Iguazu foi usado na organização de um jantar, para impressionar funcionários do governo. E depois, a pressão foi tão grande, que os convidados não conseguiram entrar e tiveram que ir jantar em outros restaurantes, porque a desorganização ou a organização foi tamanha, que os funcionários foram, por medo de perder os seus cargos em comissão.

Assim como acontece em Apucarana, onde os funcionários da Prefeitura recebem férias remuneradas, para poder sair às ruas e dizer que espontaneamente estão apoiando o candidato a Deputado Estadual, filho do padre, que também recebe o apoio do Governador Roberto Requião. Esses voluntários que saem obrigatoriamente às ruas, para apoiar candidatos, lotaram, ontem, o salão de festas em Santa Felicidade. Depois, soltaram um foguetório, que parecia que alguém tinha ganhado na loteria, parecendo uma festa pirotécnica, programada para receber o Cezar, quem sabe o imperador romano. E eis que, chega lá o nosso Governador Roberto Requião, que foi saudado pelas funcionárias que lá compareceram, sob a batuta e a organização do Cerimonial do Palácio Iguazu.

Essa máquina administrativa está se movendo todo dia a favor desta eleição. O Tribunal Regional Eleitoral precisa tomar algumas providências, porque isso está tornando a eleição ilegítima. Para fazer média com a população de Curitiba, o Governador tira a Penitenciária Central do Ahu e leva para o Centro de Detenção e Ressocialização de Piraquara, na Região Metropolitana.

Tirou os presos às pressas daqui e levou para lá, sem estrutura, sem a menor condição de recepcioná-los, estão amotinados num verdadeiro amontoado humano dentro daquela penitenciária.

Fizeram alguns reféns neste final de semana. Estão lá a aclamar por justiça e o Governador do Paraná, que está atrasando também a obra de construção do CDR de Londrina... Então, os presos que estão no CDR de Piraquara sem nenhuma estrutura, sem nenhuma condição, criaram neste final de semana um grave problema para a polícia, para os funcionários da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, pois são 960 detentos que lá estão

em um presídio que foi inaugurado no dia 10 de julho deste ano, fizeram alguns funcionários reféns. A rebelião durou aproximadamente vinte horas. E o que aconteceu? Nós recebemos dezenas de pedidos de providências para que a Comissão de Direitos Humanos pudesse ir até lá ver os presos que foram espancados, o motivo que os levaram a essa rebelião, quais são os equipamentos que estão faltando para poder dar aos presos a devida atenção. Estamos vendo no Paraná inteiro as cadeias super lotadas e o Governo do Estado brincando de casa de detenções e de ressocialização dos presos.

Quero fazer um convite aos membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, porque hoje à tarde vamos ao CDR de Piraquara, para fazermos, *in loco*, um levantamento da atual e real situação que se encontram os presos e aquela unidade correccional.

Deputado Nelson Justus o senhor é membro da Comissão e está convidado às 14h30m vamos nos deslocar para lá e eu gostaria da sua presença.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Antes de passarmos ao Horário das Lideranças, gostaria de registrar a presença do Vereador João Mendes Meurer popular Jango de Rio Negro. Seja bem-vindo.

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra à Sra. Deputada Elza Correa.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correa

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, assessores, imprensa.

Não iria fazer uso da palavra, porque já falei tantas vezes a mesma coisa, mas também já ouvi tantas vezes a mesma coisa e me sinto mal se ficar calada e não dar uma resposta.

Ontem, estive num jantar oferecido pelo Movimento de Mulheres Suprapartidário de Curitiba, ao Governador Roberto Requião. Tinha lá alguns homens, mas eu não vi o Deputado que fez uso da tribuna nem o assessor dele, naquela reunião, mas eu estava lá. Eu participei daquele jantar. Paguei o meu jantar como todas as mulheres, por adesão, pagaram o seu jantar.

Não havia ninguém fazendo o cerimonial, porque não havia necessidade. Nós mesmas, as mulheres que estávamos lá, com a chegada do Governador Requião, que era o nosso convidado, e do vice Pessuti, anunciamos a sua presença e, se lá estavam algumas mulheres funcionárias do Governo, estávamos fora do expediente, diferente de alguns políticos brasileiros que intimam os seus funcionários a fazerem campanha em horário de expediente. Estávamos lá, eu inclusive, fora do horário de expediente, sem cerimonial do Palácio e nós pagamos a conta.

Cada um pagou o seu jantar, vinte reais, lá no “Porta Romana” e nós decidimos, as pessoas que apóiam o Governador Roberto Requião, fazer este jantar, o que é normal numa campanha política e fora dela, porque o Governador Roberto Requião tem sido homenageado em vários municípios brasileiros desde o início do seu mandato, por vários setores da sociedade, que estão, sim, satisfeitos com o Governo que nós estamos fazendo. Eu digo “nós”, porque sou signatária dessa proposta de Governo e se temos ainda muito o que fazer, é preciso trabalhar com a verdade.

Fizemos muito, fizemos muito mais do que governos anteriores, dos quais alguns representantes agora fazem o discurso às avessas. O Governador Requião não está brincando de mágico e nem de santo, dividindo os pães, agora no momento eleitoral. O primeiro ano foi um ano extremamente difícil, porque nós contávamos com o Orçamento já votado no Governo anterior, Orçamento absurdamente irresponsável que propunha a inversão de valores, que não respeitava os índices necessários à saúde, à educação, a outros setores. Portanto, um ano difícil. Mas, mesmo assim, o Governador Requião fez um esforço concentrado para poder garantir o Plano de carreira dos professores do ensino médio e fundamental e outras ações.

O Governador tem dito que ainda não fizemos tudo. Ele não quer só as melhores estruturas de hospitais e nem de educação. Ele quer também os melhores salários para os professores do Paraná que merecem e que representam a alma dessas estruturas, melhoradas e construídas pelo Governador do Paraná.

O Sr. Vanderlei Iensen (PMDB)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Estava agora conversando com o Secretário de Obras e pegando algumas informações sobre os investimentos em Saúde. Foi muito rápido, mas, gostaria de passar algumas informações. Por exemplo, no litoral do Paraná, estamos construindo dois novos hospitais. Temos, na região metropolitana, mais dois novos hospitais e ainda as reformas do hospital da Polícia Militar.

Em Londrina, estamos hoje com quatro hospitais sendo construídos ou ampliados. Em Paranavaí, um hospital regional. Em Francisco Beltrão também um novo hospital regional. Em Ponta Grossa, temos o hospital regional e ainda as reformas em parceria com a Prefeitura, do Pronto Socorro do hospital infantil. Temos uma série de hospitais ainda em União da Vitória, convênios com o Município que estamos reformando e ampliando, não apenas alguns detalhes de manutenção, são reformas, ampliações que estão sendo feitas em União da Vitória; na Lapa uma grande obra, em Araucária o novo hospital regional já sendo licitado, em Foz do Iguaçu um convênio com a Prefeitura também do hospital municipal, em Campo Largo o caso do hospital regional. Essas informações para enriquecer a nobre colega que acaba de colocar.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Essas obras não são virtuais, estão aí para quem quiser ver, enxergar e visitá-las. Porque esse Governo não é virtual, é um Governo que inclusive coloca as suas prestações de contas na Internet. Não adianta querer fantasiar, desqualificar uma coisa que fica impossível, porque estão aí as obras para serem até visitadas por quem tiver interesse.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Deputada, quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento. Minha mãe sempre diz assim - que “falem mal ou bem, mas falem de mim”. O duro é quando não falam, é sinal que a gente morreu. Mas, completando as informações do Deputado Vanderlei Iensen, Ponta Grossa, só na questão de saúde, isso posso falar com números, só o Pronto Socorro Municipal, que nunca foi reformado, recursos do Governo do Estado, mais de dois milhões, a obra está em andamento, está na fase final. O hospital da criança, mais de dois milhões e meio na ampliação do hospital e quinhentos mil por mês a partir da conclusão da obra para uma parceria com o hospital Pequeno Príncipe, que vai garantir a sua manutenção, como nunca aconteceu na história de Ponta Grossa.

Poderia enumerar as novas viaturas do SIATE, o Hemocentro, o Hospital do Câncer, com quimioterapia e radioterapia. Ponta Grossa recebeu três ambulâncias para o Pronto Socorro Municipal. Fui Prefeito quatro anos e não recebi uma única ambulância do Governo anterior. O hospital lá no antigo Franco da Rocha, as UTI's de 17 para 36 leitos, enfim, é só uma parte daquilo que está fazendo e o hospital regional que hoje acontece a licitação e que é a grande obra dos Campos Gerais de todas as cidades que precisam de hospital.

Por isso, parabéns ao nosso Governador que está dando o maior exemplo de cuidado com a saúde em Ponta Grossa.

A SRA. ELZA CORREIA

Gostaria de dizer que em Londrina, além da ampliação de dois hospitais de baixa para média complexidade, hospitais, da zona Norte e zona Sul, a ala dos queimados do HUI, Reforma do Hospital Universitário, construção de vagas de escolas, estradas rurais, as obras estão aí, pavimentação de estradas, isso não é ficção, isso não é fantasia. Estão aí, é só querer enxergar. Fico surpresa quando há uma tentativa de querer dizer que nada disso existe, que são palavras eleitoreiras, quando na verdade são obras físicas, estão aí. É uma coisa profundamente irritante essas insistências sistemáticas permanentes. Não fora isso, mais de 70% do índice de aprovação.

Acho que podemos ter divergências políticas, é saudável, faz parte do processo democrático, tudo certo, tudo bem, principalmente para quem é democrata. Agora, pelo amor de Deus, tudo tem limite, porque essas obras não são conto da carochinha, elas estão lá, elas existem, podem passar por lá, entrar, visitar.

Então, acho que tudo é uma subestimação, uma tentativa enorme de subestimação até da nossa inteligência, da nossa capacidade de observação das coisas que estão sendo feitas. Eu, particularmente, quero muito mais para o meu Paraná, quero mais obras, quero melhores salários para os professores, quero a continuação de melhorias na saúde, quero mais investimentos para a geração de emprego e renda, quero um Paraná mais próspero, desenvolvido, eu quero mais, nós todos aqui, os cinqüenta e quatro, queremos mais; mas dizer que nada foi feito, que não existe, que é ficção, aí também é brincadeira, isso aí já ultrapassa todos os limites do aceitável. Mas, “o uso do cachimbo faz a boca torta”, deve estar incomodando profundamente alguns pelo que o Governador Roberto Requião vem realizando até este momento.

Portanto, o Governador, quando mais batem mais ele cresce, vamos trabalhar muito para que ele seja eleito, quem sabe no primeiro turno, com todo o respeito aos demais candidatos. Então, quem tem olhos para enxergar enxerga, agora essa tentativa absurda, sistemática, permanente, esse discurso repetitivo, parece a doença do LER, todo dia a mesma coisa, acho que vai acabar realmente criando problemas para quem coloca essas questões aqui.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero louvar o seu pronunciamento, cumprimentá-la pelo seu entusiasmo, e fazer com V. Exa. uma reflexão. Quem aprova o orçamento do Estado é exatamente esta Casa, quem fiscaliza a aplicação do Orçamento é esta Casa, e quem aprova ou rejeita as contas do Governo também é esta Casa, e o dinheiro para a construção de obras é do povo, certo?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Corretíssimo.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Na segunda observação que eu gostaria de fazer, não só para V. Exa., para o conjunto da Assembléia Legislativa, porque não usamos a tribuna para dizermos quanto por cento foi cumprido do destinado no orçamento para a educação, saúde, segurança, para que possamos discutir em cima de dados oficiais e números concretos, que é essa a nossa função.

Então, neste momento, gostaria de fazer uma pergunta à senhora: quanto por cento foi gasto em saúde nesses três últimos anos tendo em vista que aprovamos aqui 12%, incluindo saneamento básico, Suderhsa e outros itens que estão dentro do contexto dos 12%. Se o Governo cumpriu a sua função no que diz a lei do orçamento que determina 12% para a saúde, quanto por cento V. Exa. acha que o Governo aplicou?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu agradeço a sua deferência companheiro, e queria dizer o seguinte: o senhor reafirma o meu discurso, porque se nós aplicamos, se fiscalizamos e se o Governo não tivesse cumprindo, teríamos que cassá-lo por improbidade administrativa, ou não? A outra questão é a seguinte: o Governador cumpriu o que preconiza a Constituição brasileira, além do que está instituindo para a saúde. Em relação à educação este ano, para o próximo ano, vamos discutir, talvez em setembro, a questão do orçamento, vamos, o Governo vai ampliar de 25 para 30% a questão do orçamento para a Educação. E eu até conversava com o Governador Roberto Requião, vou insistir nisso e está aqui a representante da APP, dizer que gostaria muito que pudéssemos consignar parte desse recurso para a questão da revisão salarial dos professores, que é justo esse pleito. Tenho discutido com a APP essa questão.

Na saúde, investimos mais de 1 bilhão e 200 milhões até agora nesses três anos. Evidente que alguns valores são oriundos de projetos do Governo Federal. Como também na habitação e outros setores.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Quanto por cento dá isso?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito mais de 12%.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Se V. Exa. me permite, disponibilizo os dados no meu site que tem o percentual exato aplicado nos setores do Governo. Porque trabalhamos nesse sentido fiscalizando toda a aplicação do Governo em saúde, educação. Também é muito questionável incluir universidades estaduais como despesa na área de educação.

Vamos colocar, discutir temas, colocando o dedo na ferida. Se tivermos que ficar aqui dentro fazendo política para um ou para outro, isso não compensa. Precisamos trabalhar em cima de dados, informações concretas.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Não tenho feito, até este momento, não tenho usado esta tribuna para fazer politicagem, tentar desqualificar colegas, ou tentar desqualificar o Governo. Tenho posições contrárias ao Governo Estadual, porque mantenho aqui a minha autonomia. Tenho procurado, Deputado Neivo Beraldin, não perder o distancionamento do meu papel como Deputada estadual, representante do Legislativo e não do Executivo.

O que quero aqui reafirmar, podemos até contestar números, diferenças, percentuais, mas não podemos, em nenhum momento, dizer que este Governo não fez nada, que está brincando de governar. Que não usou recurso público para os investimentos necessários.

Em 2002 eram 245 bilhões para a saúde e foram executados 179 milhões. Em 2006, 609.3 milhões, e não terminou o ano ainda. E, nos últimos três anos, foram aplicados 129% de recursos na saúde.

É fundamental trazer esses números. Mas, não vou entrar nessa questão de desqualificar. Na verdade, o Governador está com mais de 70% de aprovação, porque está fazendo um bom governo. Se não fez tudo ainda porque é impossível, mas ele vai ter mais quatro anos para fazer o que falta pelo Paraná.

E não fará tudo, porque não é possível resgatar o Estado do Paraná nem em oito, nem em dez, doze anos. Porque a situação política econômica que vivemos hoje é reflexo da política econômica nacional. Têm vários indicadores que determinam a questão da política econômica e social em todo território brasileiro.

Muito obrigada!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, fui homenageado pela oradora dizendo que não compareci no jantar em Santa Felicidade. Primeiro, se era um jantar para mulheres é evidente que eu não devesse ter ido lá; segundo, se era um jantar do bloco dos apoiadores da campanha de Roberto Requião de Mello e Silva, caberia melhor aos Deputados da sua Bancada, inclusive o Deputado Rafael Greca, que devessem ter comparecido lá.

Quero, Sr. Presidente, dizer que o Deputado Rossoni vai usar da palavra e vou apartear-lo para poder me defender de acusações feitas pela ilustre Deputada Elza Correia.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Muito bem colocado por V. Exa.

Horário da Liderança da Oposição.

Com a palavra, o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez esteja vivendo num Estado diferente do da Deputada Elza.

É uma coisa incrível, parece que o Governo Requião começou ontem, ontem não, há três meses atrás, porque tudo está sendo licitado. Só gostaria de perguntar quantos hospitais foram construídos por este Governo. Se fizermos um outro tipo de pergunta, Deputado Scarpellini, se fizermos a seguinte pergunta: quantos hospitais regionais foram autorizados, aí tem resposta, aí tem bastante.

Três anos tratou-se os prefeitos a pão e água e no Paraná não existia Governo. Agora, chegou a hora da eleição, inclusive o rompante do Governador agora ficou mais macio; ele está macio, entende? Ele vai voltar a ser Requião, novamente, depois da eleição.

Quero dizer aos Deputados que estão presentes, por que combato o Governo Requião: primeiro, o Governo Requião teria que gastar 25% em educação e gasta 19%; o Governo Requião teria que gastar em saúde 12% e gasta, aproximadamente, 6%; e aí eles vêm com aquela “churumela” de questão de saneamento, que é da Sanepar. Uma outra questão, e é por isso que enterraram o Pessuti, o orçamento da agricultura é o menor da história do Paraná.

Quando o Governador Jaime Lerner governava este Estado eles diziam que ele não gostava da agricultura e dos agricultores. Imagine agora que o orçamento é de 30%? Então, não cumpre a lei de gastar 25% em educação; não cumpre a lei de gastar 12% em saúde; o menor orçamento da agricultura e, agora, não é um Governo virtual, é o Cabo Canaveral, é um Governo de lançamento, fica lançando, está na hora, agora, de licitar as obras e vão ser terminadas. Vai se repetir a história, vão ficar aqui dezenas de obras no Estado para serem terminadas.

Se alguém queria resolver o problema da saúde na regional de Francisco Beltrão, e eu atuo em alguns municípios ali, se o problema é grave, até acho que não é problema de construir hospital, é dar atenção àqueles que estão lá. O que fizeram lá?

Está sendo iniciado um hospital regional. Iniciado, quer dizer, vai ficar 90% para o próximo Governo terminar. Acho que, agora, está sendo inaugurado um hospital regional em Ponta Grossa, porque ouvi qualquer coisa, não tenho conhecimento em que situação que está o de Ponta Grossa, mas deve estar sendo inaugurado pelo que estão falando.

Então, o que está acontecendo, na verdade, é que o Governo começou a sentir o clamor da população e o vento da mudança não vai ser da capital para o interior, vai ser do interior para a capital. O vento vai chegar aqui. Já estou sabendo de Deputados que atuam no interior com dificuldades, porque lá a coisa já está feita, não é essa maravilha que estão falando que ganha no primeiro turno. Não vamos discutir pesquisa, vamos esperar quinze dias e o vento da mudança do interior vai chegar na capital do Estado. Vai começar a verdadeira mudança e vamos ter que terminar todas essas obras, Deputado Scarpellini, e não é uma, nem duas, os hospitais regionais não há nenhum terminado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Tem um terminado, sim.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Olha aí, já encontramos uma agulha num palheiro! Já tem um terminado! Olha aí, já é um grande feito, até para conhecimento nosso!

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, gostaria de dar um “memoriol” para algumas pessoas que chegam como as donas da ver-

dade, as puritanas que nunca falaram ou criticaram indevidamente quem quer que seja, que também é estelionato político o lançamento de uma obra às vésperas das eleições como está fazendo o Governador Roberto Requião.

Estelionato político é o termo usado por ele - Roberto Requião de Mello e Silva - quando denunciou a obra em Ponta Grossa que, além da parte física, criava o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Dizia ele que o Governador Jaime Lerner estava fazendo estelionato político para beneficiar o seu filho político, que era o Beto Richa, candidato ao Governo do Paraná.

Quero dizer que é estelionato político ir à televisão e dizer que vai acabar ou baixar o pedágio. Não baixa e não acaba. Criam-se novas praças de pedágio, aumenta-se o preço; isto é estelionato político, Deputada. Estelionato político é por o irmão no Porto de Paranaguá, e fazer as filas dos caminhões chegar aqui na cidade de Campo Largo, na maior das filas existentes na história do mundo, de caminhões. Cento e doze ou cento e treze quilômetros de fila. Caminhões que não conseguiram descarregar no Porto de Paranaguá.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Scarpellini, acabou a fila de Paranaguá, porque ninguém vai mais lá, vão a Santa Catarina.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Estelionato político é pegar um agricultor e humilhar, como o Governador humilhou. Isto é estelionato político, Deputada. Agora, vem a “santa palavra” dita por V. Exa., como se fosse a verdade maior que o Paraná pudesse ouvir. Vem aqui dizer que o Governador só construiu obras e realizou feitos para o povo do Paraná. Nós queremos ver por qual lupa V. Exa. está olhando e enxerga essas coisas, que nós outros, comuns mortais, não conseguimos enxergar, Deputado Rossoni. Gostaria de ver esse prisma que V. Exa. vê.

Talvez V. Exa. está mesmo achando que isso exista!

Existe um mundo de ficção e um mundo real. Cada um escolhe o mundo que quer viver.

Muito obrigado.

O Sr. Jocelito Canto (PDT) (Aparte)

Não quero entrar na questão política, porque é um ano eleitoral. Só queria reafirmar a V. Exa. e ao Deputado Scarpellini, que as obras que citei aqui, o Hospital da Criança e o Pronto-Socorro Municipal, estão em fase de conclusão, em Ponta Grossa. São Hospitais municipais, que nunca tiveram nenhum tipo de recurso do Estado, durante o período em que fui Prefeito. A maior obra que estamos vendo hoje, a licitação desse hospital, determina a Lei de Responsabilidade Fiscal - quem conhece a lei sabe disso - só pode licitar uma obra o atual governante que vá terminar o governo, desde que ele tenha a garantia que esse recurso esteja em caixa, assim determina a lei. É claro

que a obra não vai terminar este ano. Mas, quando se lança o edital para fazer a licitação, tem que estar garantido o recurso para a construção do hospital. É claro que a obra vai terminar no ano que vem, mas vão estar garantidos os recursos, como determina a lei.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu concluo, Sr. Presidente.

Agradeço os apartes dos Deputados Jocelito e Scarpellini, que confirmaram o que eu falei do Hospital Regional - não falei nada ao contrário. Disse o seguinte: os hospitais regionais que foram lançados estão em fase de licitação. Então, está confirmado o que eu disse aqui.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Só o de Ponta Grossa está sendo licitado. Os outros estão em fase de conclusão. O Hospital de Londrina, dos Queimados, as penitenciárias. Não vamos usar de sofisma, só a verdade.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Anibelli, estou dizendo o seguinte: o de Francisco Beltrão, a terraplanagem está pronta. O de Ponta Grossa está sendo lançado. Se o Governo tinha um planejamento para a área de saúde do Estado do Paraná, não estaria, agora, no final do governo falando. Porque eu subi à tribuna? Porque não estou dizendo que está feito, está feito.

Parece-me que quando a Deputada Elza fala, não quer que nós da Oposição, abramos a boca. Sou parceiro do Deputado Scarpellini e é um direito nosso, como Deputados de Oposição, mostramos os erros do Governo.

Por isso, deixo aqui repetido, a questão da educação e da agricultura - que passa a maior crise, porque é o menor orçamento, acabaram com o Pessuti. Vocês vão ver o resultado na eleição.

Obrigado.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

É o que dizem as pesquisas.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 36 Srs. Deputados.

Antes, porém, queremos lembrar aos Srs. Deputados, que hoje à tarde, às dezessete horas, por proposição do Deputado Rafael Greca, a Assembléia Legislativa rea-

lizará uma Sessão Especial, em comemoração ao Dia do Soldado, que acontece no próximo dia 25, sexta-feira.

Na mesma Sessão também, por proposição do Deputado César Seleme, será feita a entrega de título de Cidadão Honorário ao General do Exército, Túlio Xerém.

Estão todos os Srs. Deputados convidados para esta Sessão, aqui no plenário da Assembléia Legislativa. Inclusive o Deputado Antonio Anibelli.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 1565, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa alterar a redação do artigo 8º da Lei nº 12241/98, que criou o Fundo Especial do Ministério Público. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 1614/06, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei complementar, que, em cumprimento ao disposto no artigo 130-A, parágrafo 5º, da Constituição Federal, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Marcos Isfer, Arlete Caramês, Ailton Araújo e demais Srs. Deputados, devidamente apoiados, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1999, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de agosto de 2006 (quarta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre o critério de distribuição de imóveis sociais no Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDMCA. COM EMENDA DA CDMCA. APRE-

CIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/06, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Maringá, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. COM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação a emenda aprovada em 2ª Discussão. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença, neste Plenário do ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Campo Mourão e candidato ao Governo do Paraná, Rubens Bueno, que homenageia a Assembléia com a sua presença nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrada a presença do candidato ao Governo do Paraná Rubens Bueno, acompanhado também do seu vice, Marcelo.

Vamos suspender a Sessão por cinco minutos para que o candidato a Governador, Rubens Bueno e o seu vice Marcelo, possam cumprimentar os Deputados.

Suspensa a Sessão por cinco minutos

(Reaberta a Sessão)

Item nº 03.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, queremos pedir permissão à Mesa para protocolarmos projeto que dispõe sobre normas específicas em matéria de parceria público/privada, no âmbito do Estado do Paraná. É um projeto apresentado pelas Bancadas do PPS e PFL, referendando aquilo que, em discurso, o Rubens Bueno tem dito: a importância das parcerias públicas/privadas para o Estado do Paraná.

Pedimos licença para protocolar junto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa vai receber. O Deputado Marcos Isfer, acompanhado do candidato a Governador Rubens Bueno, do vice Marcelo Puppi, do candidato ao Senado, Sr. Mussi, estão se dirigindo à Mesa e a Presidência desta Sessão vai receber o projeto e dar o encaminhamento na forma regimental.

Este projeto que a Presidência desta Sessão recebe, será protocolado e devidamente encaminhado para as Comissões competentes e com toda certeza, será muito bem analisado conforme o candidato ao Governo, Rubens Bueno, declarou na hora da entrega desse anteprojeto, que restabelece prontamente a parceria entre o poder público e a iniciativa privada - e disse muito bem o Sr. Rubens Bueno - o Paraná precisa investir no setor produtivo.

O projeto é muito bem recebido, já que tem o apoio e encaminhamento da Bancada do PPS e do PFL aqui da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado pela sugestão.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/06, de autoria do Tribunal de Justiça, OF. 306/06, que fixa as delimitações imobiliárias do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar a Emenda aprovada em 2ª Discussão. Em votação. **Aprovada.**

Em votação o projeto. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/06, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Curitiba, imóvel pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em discussão o projeto ressalvada a Emenda.

Está em votação o projeto. Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.444/90, que criou o município de Jardim Paulista. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.240/90, que criou o município de Bragantina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.305/90, que criou o município de Vila Nova. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.302/90, que criou o município de Guaraituba e nº 9.442/90 - alterou suas divisas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA ADITIVA DA CCJ.

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em discussão a emenda. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga as Lei nº 9.318/90, que criou o município de São José do Ivaí e nº 9.530/91 - alterou sua redação. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.288/90, que criou o município de Encanto do Oeste; COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.320/90, que criou o município de Doutor Antonio Paranhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1980 a 1982, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1983, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1987 a 1998, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 2002, de autoria dos Deputados Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Neivo Beraldin, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Barbosa Neto, da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 23 de agosto, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a Sessão.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 147/05; 295, 345, 407, 408, 409, 412, 413 e 414/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 349 e 410/06.

**S U M A R I O****DIÁRIO Nº 092****77ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Mesa Executiva 26

Presenças 26

Abertura da Sessão27

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Redação Final27

3ª Discussão31

Encerramento da Sessão31

DIÁRIO Nº 092**77ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE AGOSTO DE 2006**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Presenças:

Às onze horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (36).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo

Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho e Waldir Leite (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há Expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 36 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 147/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, dispondo sobre o critério de distribuição de imóveis sociais no Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 147/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os programas de loteamentos sociais e da habitação popular do Estado do Paraná, deverão designar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de suas unidades para as mulheres chefes de família, que preencham os demais requisitos estabelecidos para a concessão pelos órgãos competentes.

§ 1º Para os efeitos desta lei são considerados chefes de família as mulheres que sozinhas sejam responsáveis pela guarda, sustento e educação de

crianças e adolescentes de até 14 (catorze) anos de idade.

§ 2º A comprovação da condição estabelecida no *caput* deste artigo far-se-á mediante parecer de assistente social credenciado para este fim pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

Art. 2º A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 295/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/06, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Maringá, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 295/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Maringá, área medindo 1.157,07m² (um mil, cento e cinquenta e sete vírgula zero sete metros quadrados), de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, destacada de área maior, descrita conforme croqui de fls. 10, do protocolado nº 8.679.765-8, situada na sede do referido município, na "Gleba Patrimônio Maringá".

Art. 2º O município de Maringá utilizará a área de que trata o artigo anterior, exclusivamente, na implantação de um Posto de Saúde no Bairro Vila Nova, para atendimento, também, à população dos bairros vizinhos, retornando tal imóvel ao patrimônio do Estado-DER, caso haja utilização diversa da prevista.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 345/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 306/06, que fixa delimitações imobiliárias do Foro Central da Comarca da

Região Metropolitana de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 345/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alteradas as delimitações das Circunscrições do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º Serviços de Registros de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em função da criação de mais quatro Serviços de Registros de Imóveis, pela Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2004, modificando o perímetro urbano e rural das referidas Circunscrições, que passam a ter as seguintes delimitações:

1ª Circunscrição

Partindo do cruzamento entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto com a Rua XV de Novembro; segue por esta até encontrar a Alameda Doutor Muricy e por esta até o cruzamento com a Rua Cândido Lopes; segue por esta até o início da Alameda Doutor Carlos de Carvalho e por esta até a Rua Visconde de Nácar; segue por esta até o início da Rua Professor Fernando Moreira e por esta até o cruzamento com a Alameda Augusto Stellfeld; segue por esta até seu final no início da Rua José Domachoski e por esta até encontrar a Travessa Doutor Lourival Schwansee Torres; segue por esta até sua confluência com a Rua Jerônimo Durski e por esta até seu final onde encontra a Rua General Mário Tourinho; segue por esta até a ponte sobre o Rio Barigui e por este rio a montante até a ponte da Rua Fredolin Wolf; segue por esta até encontrar a Rua Domingos Antônio Moro e por esta até encontrar a Rua São Salvador; segue por esta até encontrar a Rua Nilo Peçanha e por esta até encontrar a Rua João Gava; segue por esta até a Rua Mateus Leme e por esta até encontrar a Rua Carlos Augusto Cornelsen; segue por esta até a Rua Nilo Peçanha e por esta até a Praça João Sotto Maior, onde encontra a Rua Trajano Reis; segue por esta onde encontra a Rua Doutor Claudino dos Santos e por esta até a Rua do Rosário; segue por esta até a Praça Tiradentes e margeando pela esquerda (face oeste) até o início da Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até o seu cruzamento com a Rua XV de Novembro, ponto de partida desta descrição.

2ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua XV de Novembro com a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Praça Tiradentes margeando-a pela esquerda (face oeste) até encontrar a Rua do Rosário; segue por esta até encontrar a Rua Doutor Claudino dos Santos e por esta até encontrar a Rua Trajano Reis; segue por esta até a Praça João Sotto Maior onde encontra a Rua Nilo Peça-

nha e por esta até encontrar a Rua Carlos Augusto Cornelsen; segue por esta até encontrar a Rua Mateus Leme e por esta até encontrar a Rua Arnaldo Granatto; segue por esta até encontrar a Rua Reinaldo Hecke e por esta até encontrar a Avenida Anita Garibaldi; segue por esta até encontrar o cruzamento com a Rua Theodoro Makiolka, e por esta até encontrar a Rua Hildo da Paz; segue por esta até encontrar a Rua José Ursolino Filho e por esta até encontrar a Rua Celeste P. Milani; segue por esta até a Estrada Guilherme Weigert e por esta até a Rua Paulo Kulik; e por esta até o Arroio Cachoeira, limite municipal de Curitiba; segue por este limite, a jusante, até o Rio Atuba, e por este, a jusante, até o prolongamento da Rodovia BR-116 (Rodovia Régis Bitencourt); segue por esta até encontrar o Trevo do Atuba e deste, ainda na Rodovia BR-476 até encontrar a Rua Fagundes Varela segue por esta até encontrar a Rua Augusto Severo e por esta até encontrar a Avenida João Gualberto; segue por esta até encontrar o cruzamento com a Rua Presidente Faria e desta rua face norte da 19 de Dezembro, prolongamento da Rua Inácio Lustosa, encontra a Rua Barão do Serro Azul e por esta até a Praça Tiradentes; contorna a Praça Tiradentes pela esquerda (face leste) até encontrar a Rua Monsenhor Celso segue por esta até encontrar a Rua XV de Novembro; e por esta até o cruzamento com a Avenida Marechal Floriano Peixoto, ponto de partida desta descrição.

3ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua XV de Novembro com a Rua Monsenhor Celso; segue por esta até a Praça Tiradentes contornando-a pela direita (face leste) até encontrar a Rua Barão do Serro Azul; segue por esta até o cruzamento da Rua Inácio Lustosa; segue pela face norte da Praça 19 de Dezembro, prolongamento da Rua Inácio Lustosa até o cruzamento da Rua Presidente Faria com a Avenida João Gualberto; segue por esta até encontrar a Rua Augusto Severo, e por esta até encontrar a Rua Augusto Stresser; segue por esta até encontrar a Rua Fagundes Varela; segue por esta até encontrar a BR-476; segue por esta até encontrar a Rua Doutor Dante Angelote; segue por esta até encontrar o Rio Bacacheri, e por este Rio a jusante, até o limite municipal de Curitiba, Rio Atuba; segue por este Rio, a jusante, até encontrar a ponte no cruzamento com a Avenida Presidente Affonso Camargo, e por esta até encontrar a Rua Francisco Torres; segue por esta até a Rua XV de Novembro, e por esta até encontrar a Rua Monsenhor Celso, ponto de partida desta descrição.

4ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto com a Rua XV de Novembro; segue por esta até a Rua Francisco Torres e segue por esta até a Avenida Presidente Affonso Camargo; e por esta até a Ponte no cruzamento com o Rio Atuba, limite municipal e por este Rio, a jusante, até a foz do Rio Iguaçu; segue

por este, a jusante, até a foz do Rio Belém; segue por este Rio, a montante, até o cruzamento com a Rua Doutor Bley Zornig; segue por esta até a Rua Paulo Setúbal e por esta até a Rua Vereador Antônio Carnasciali; segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até a Rua Doutor Júlio César Ribeiro de Souza; segue por esta até a Rua José Rietmeyer; segue por esta até a Avenida Senador Salgado Filho e por esta até o cruzamento com a BR-476; segue por esta até a Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres) e por esta até a Rua Chile; segue por esta até a Rua Reynaldo Machado e por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis; segue por esta até a Rua João Negrão e por esta até a Avenida Sete de Setembro; segue por esta até a Rua Barão do Rio Branco e por esta até a Rua José Loureiro; segue por esta até a Rua Monsenhor Celso e por esta até a Rua Marechal Deodoro; segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até o cruzamento com a Rua XV de Novembro, ponto de partida desta descrição.

5ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Presidente Getúlio Vargas com a Rua Desembargador Westphalen; segue por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis e por esta até a Rua Lamenha Lins; segue por esta até a Rua João Viana Seiler, segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até a BR-476; segue por esta até a Avenida Brasília e por esta até a Rua Pedro Américo; segue por esta até a Avenida República Argentina e por esta até a Rua Pedro Gusso; segue por esta até a Rua Léa Moreira de Souza Moura e por esta até a Rua Shirlei Solange Mantovani; cuja segunda pista paralela é a Rua Orestes Thá; segue por esta até o início da Rua Antonio Pinto de Jesus; e por esta até o início da Rua Baldur Magnus Gruba, antigo leito da Via Férrea, e por esta até a Rua Orlando Padilha dos Santos e por esta até o cruzamento da Rua Itatiaia com a Avenida República Argentina, início da Avenida Presidente Kennedy; seguindo pela Avenida República Argentina até a Avenida Água Verde e por esta até a Rua Bento Viana; segue por esta até a Avenida Presidente Getúlio Vargas e por esta até a Rua Desembargador Westphalen, ponto de partida desta descrição.

6ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Presidente Getúlio Vargas com a Rua Bento Viana; segue por esta até a Avenida Água Verde e por esta até a Avenida República Argentina; segue por esta até o cruzamento da Rua Itatiaia com a Avenida República Argentina, início da Rua Orlando Padilha dos Santos e por esta até a Rua Baldur Magnus Gruba, antigo leito da Via Férrea; segue por esta até o início da Rua Antonio Pinto de Jesus, e por esta até o início da Rua Orestes Tha que tem uma segunda pista paralela que é a Rua Shirlei Solange Mantovani, segue pelo prolongamento dessas duas pistas de rua até encontrar a Rua Desembargador Cid Campelo, e por uma

linha seca desta rua até a Rua Rodolfo Doubek, no início da Rua José Luiz Guerra Rego, e por esta até o limite municipal de Curitiba; Rio Barigui segue por este limite, a montante, até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até a Rua José Naves da Cunha e por esta até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até a Rua Gonçalves Dias e por esta até a Rua Odim Ferreira do Amaral; segue por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava; segue por esta até a Rua Estevão Bayão e por esta até a Rua Carneiro Lobo; segue por esta até a Avenida Presidente Getúlio Vargas e por esta até a Rua Bento Viana; ponto de partida desta descrição.

7ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua Doutor Muricy com a Rua Marechal Deodoro; segue por esta até a Rua Monsenhor Celso e por esta até a Rua José Loureiro; segue por esta até a Rua Barão do Rio Branco, e por esta até a Avenida Sete de Setembro; segue por esta até a Rua João Negrão, e por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis; segue por esta até a Rua Doutor Reynaldo Machado e por esta até a Rua Chile; segue por esta até a Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres), e por esta até a Rodovia BR-476; segue por esta até a Avenida Senador Salgado Filho, e por esta até a Rua José Rietmeyer; segue por esta até a Rua Júlio César Ribeiro de Souza e por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Rua Vereador Antonio Carnasciali, e por esta até a Rua Paulo Setúbal; segue por esta até a Rua Waldemar Loureiro de Campos e por esta até a Rua Francisco Derosso; por esta até a Rodovia BR-476, e por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Rua João Viana Seiler e por esta até a Rua Lamenha Lins; segue por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis, e por esta até a Rua Desembargador Westphalen; segue por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava e por esta até a Alameda Doutor Muricy; segue por esta até a Rua Marechal Deodoro, ponto de partida desta descrição.

8ª Circunscrição

1ª Parte

Partindo da Rodovia BR-277 com a Rua Paulo Gorski, segue por esta até a Rua Bárbara Cvintal e por esta até o Rio Barigui; segue por este Rio, a jusante, até o limite Municipal de Curitiba, e por este até o Rio Passaúna, limite municipal, e por este Rio, a montante, até o cruzamento com a Rodovia BR-277 segue por esta até a Rua Paulo Gorski, ponto de partida desta descrição.

2ª Parte

Partindo do cruzamento da Rua Waldemar Loureiro de Campos com a Rua Paulo Setúbal, segue por esta até o seu final no Córrego Alto Boqueirão, segue por este ponto por uma linha seca até o início da Rua Iporã e por esta até uma Via Férrea da RFFSA; segue por esta até a Rua Eduardo Pinto da Rocha e por esta até a Rua Nicola Pelanda, segue por esta até a Rua Luiz Nichele; e por esta até a Rua Vereador Ângelo Burbello e por esta até a Rodovia

via BR-476; segue por esta até o limite Municipal de Curitiba, Rio Iguaçu, e por este Rio, a jusante, até a foz do Rio Barigui. também limite municipal, e por este Rio, a montante, até a Rua José Luiz Guerra Rego; segue por esta até uma linha seca, prolongamento da Rua Léia Moreira de Souza, e por esta até a Rua Pedro Gusso; segue por esta até a Avenida República Argentina e por esta até a Rua Pedro Américo; segue por esta até a Avenida Brasília e por esta até a Rua Francisco Derosso; segue por esta até a Rua Waldemar Loureiro de Campos e por esta até a Rua Paulo Setúbal, ponto de partida desta descrição.

9ª Circunscrição

1ª Parte

Partindo do ponto onde o Rio Barigui é cruzado pela Rua Cândido Hartmann; segue por esta até a Rua Nicolau José Gravina e por esta até a Avenida Manuel Ribas; segue por esta até o limite Municipal de Curitiba, Rio Passaúna, e por este até encontrar a Estrada Justo Manfron, limite municipal de Curitiba; por esta até a Rua Fredolin Wolf, e por esta até a Rua Grazielle Wolf, por esta até o Rio Barigui, até o cruzamento da Rua Cândido Hartmann, ponto de partida desta descrição.

2ª Parte

Partindo do cruzamento da Rua Dante Angelote com a Rodovia BR-476; segue por esta até o Trevo do Atuba; até o prolongamento da Rodovia (BR-116 (Rodovia Régis Bitencourt)); segue por esta até encontrar o limite Municipal de Curitiba, Rio Atuba; segue por este limite, a jusante, até a foz do Rio Bacacheri e por este, a montante, até a Rua Dante Angelote; segue por esta até o cruzamento da BR-476, ponto de partida desta descrição.

10ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Anita Garibaldi com a Rua Reinaldi Hecke; segue por esta até a Rua Arnaldo Granatto e por esta até a Rua Mateus Leme; segue por esta até a Rua João Gava e por esta até a Rua Nilo Peçanha; segue por esta até a Rua São Salvador e por esta até a Rua Domingos Antônio Moro; segue por esta até a Rua Fredolin Wolf; e por esta até a ponte do Rio Barigui no limite Municipal de Curitiba; segue por este Rio, a montante, até a foz do Ribeirão Antonio Rosa, no limite municipal de Curitiba, e por este Ribeirão até uma linha seca, ainda neste limite municipal, que alcança a cabeceira do Arroio Cachoeira, também no limite municipal de Curitiba; segue por este até a Rua Paulo Kulik segue por esta até a Estrada Guilherme Weigert, e por esta até a Rua Celeste P. Milani; segue por esta até a Rua José Ursolino e por esta até a Rua Hildo da Paz; segue por esta até a Rua Theodoro Makiolka; e por esta até a Avenida Anita Garibaldi, e por esta até a Rua Reinaldo Hecke, ponto de partida desta descrição.

11ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rodovia BR-476 com a Rua Vereador Ângelo Burbello; segue por esta

até a Rua Luiz Nichele e por esta até a Rua Nicola Pelanda; e por esta até a Rua Eduardo Pinto da Rocha; segue por esta a Estrada de Ferro e por esta até a Rua Iporã, por uma linha seca até o Córrego Alto Boqueirão, final da Rua Paulo Setúbal, e por esta até a Rua Bley Zornig; segue por esta até o Canal do Rio Belém e por este até o limite Municipal de Curitiba, Rio Iguaçu, segue por este limite, a jusante, até a Rodovia BR-476, e por esta até a cruzamento da Rua Vereador Ângelo Burbello, ponto de partida desta descrição.

12ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua Desembargador Westphalen com a Avenida Presidente Getúlio Vargas; segue por esta até a Rua Carneiro Lobo e por esta até a Rua Estevão Baião; segue por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava e por esta até a Rua Odim Ferreira do Amaral; segue por esta até a Rua Gonçalves Dias e por esta até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até a Rua José Naves da Cunha e por esta até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até o Rio Barigui e por este rio a montante até a Rua Bárbara Cvintal e por esta até a Rua Paulo Gorski; segue por esta até a Rua BR-277 e por esta até a Avenida General Mário Tourinho; segue por esta até a Rua Gerônimo Durski e por esta até a Travessa Doutor Lourival SchwanseeTorres; segue por esta até a Rua José Domachoski e por esta até a Alameda Augusto Stelfeld; segue por esta até a Rua Professor Fernando Moreira e por esta até a Rua Visconde de Nacar; segue por esta até a Alameda Doutor Carlos de Carvalho e por esta até a Rua Cândido Lopes; segue por esta até a Alameda Doutor Muricy e por esta até a Rua XV de Novembro; segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até a Rua Marechal Deodoro; segue por esta até a Alameda Doutor Muricy e por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava; segue por esta até a Rua Desembargador Westphalen; e por esta até a Avenida Presidente Getúlio Vargas, ponto de partida desta descrição.

13ª Circunscrição

Partindo da ponte da Rodovia BR-277 sobre o Rio Barigui segue por essa rodovia até o limite municipal de Curitiba, Rio Passaúna, e por este, a jusante, até a Avenida Manoel Ribas; segue por esta até a Rua Nicolau José Gravina e por esta até a Avenida Cândido Hartmann; segue por esta até a ponte sobre o Rio Barigui e por esse rio a jusante até o cruzamento na ponte da Rodovia BR-277, ponto inicial de partida desta descrição.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.08.06

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 407/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.444/90, que criou o município de Jardim Paulista. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 408/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.240/90, que criou o município de Bragantina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 409/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.305/90, que criou o município de Vila Nova. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 412/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga as Leis nº 9.318/90, que criou o município de São José do Ivaí e nº 9.530/91 - alterou sua redação. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 413/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.288/90, que criou o município de Encanto do Oeste. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 414/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.320/90, que criou o município de Doutor Antonio Paranhos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

3ª Discussão**ITEM 10**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/06, que autoriza

o Poder Executivo a doar ao município de Curitiba, imóvel pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação a emenda. **Aprovada.** Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando as Leis nº 9.302/90, que criou o município de Guaraituba e nº 9.442/90 - alterou suas divisas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação a emenda. **Aprovada.** Em votação o projeto. **Aprovado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28 de agosto, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 345 e 410/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 795/05; 314, 405 e 417/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 043 e 049/06.

Levanta-se a Sessão.

